

Estatais
defendem
direitos

Página 11

Campus

Jornal do Departamento
de Comunicação da UnB

Segunda Quinzena / Julho 83
Nos 53 e 54

Bandejão
aumenta
outra vez

Página 7

O BRASIL E A QUESTÃO SOCIAL

Índios invadem
domínio dos brancos



A invasão da Funai põe a nu o
descaso com que o branco tem
tratado o índio neste país.

(Páginas 17 e 18)

Negros questionam
democracia racial



Depois de séculos de opressão,
o negro brasileiro começa a
denunciar racismo disfarçado.

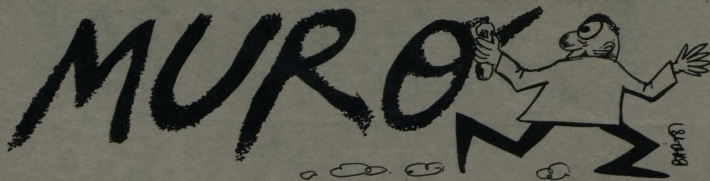
(Páginas 9, 14, 15 e 16)

Criança pobre ainda
é caso de polícia



De um lado, a carência. De
outro, a falta de atendimento.
O filho do pobre não tem saída.

(Páginas 12 e 13)



Comunicação esclarece

Em suas edições de sábado, domingo e segunda-feira, o **Correio Braziliense** divulgou com amplo destaque sua pesquisa que visava apurar as preferências dos convenционаis do PDS quanto ao sucessor do presidente João Figueiredo. Para nossa surpresa, o Departamento de Comunicação foi citado pelo **Correio** como um dos responsáveis pela pesquisa. Sem entrar no mérito da referida pesquisa, queremos deixar bem claro, através do **Campus**, que o Departamento de Comunicação em momento algum ofereceu qualquer apoio institucional à iniciativa do **Correio**. O que aconteceu foi simplesmente que, por solicitação de um professor de outra unidade de ensino da Universidade, o Departamento de Comunicação limitou-se a indicar para a pesquisa da Universidade de Brasília não foi consultada sobre a pesquisa e nem participou de qualquer etapa da sua execução. Fazemos este esclarecimento a bem de nossos professores, alunos e funcionários, sem com isso levantar qualquer juízo de valor sobre a iniciativa do **Correio**. Que isto fique bem claro. (O Departamento de Comunicação)

Censura pouco sutil

Um problema político, e não técnico, motivou a colocação de lacres nos transmissores da Rádio Bandeirantes de São Paulo, quinta-feira, dia 7. Está na cara. As transmissões da emissora foram tiradas do ar no instante em que o comentarista econômico Joelmir Beting falava sobre as movimentações dos trabalhadores do ABC. O Dentel alegou que a **Bandeirantes** estava transmitindo com "excesso de modulação" para conseguir maior volume e penetração. A fatídica coincidência trouxe de volta uma dura realidade. A presença da censura, mesmo disfarçada, mostrando qual é a atitude do governo para com os movimentos sociais. No mesmo dia, o diretor do Dentel, coronel Antônio Fernandes Neiva, pediu às emissoras de televisão que não transmitissem "notícias alarmantes" e fossem moderadas na cobertura das greves. Ora, a revolta dos trabalhadores com a política econômica do governo existe e não há como negá-la. Ninguém tem o direito de boicotar informações sobre a situação do país. Fiquem de olhos e ouvidos bem abertos. (Nelson Luiz - Campus)

O "pacote" e o cafezinho

O que você entende por mordomias? Se você respondeu que são os carros oficiais usados pelas madames para dar umas voltinhas pelas boutiques, ou a requisição de serventes para cuidar dos jardins das mansões dos altos funcionários das Estatais, errou. Foi reprovado

no teste. Mordomia, minha filha, é ter aquele cafezinho, no final de um estafante expediente bancário. Levou um susto? Pois não foi só você, não. Garanto que o espanto foi o mesmo para o ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos. Outro dia desses, estranhando estar já há bastante tempo em uma agência da Caixa Econômica Federal e não ser agraciado com o cafezinho, solicitou uma xícara de rubiácea. Ai o gerente foi obrigado a lhe explicar (com um sorriso amarelo) que o nosso cafezinho também foi cortado pelo "pacote das estatais". (Eugênia Maria, Campus)

Direito negado

O **Campus** tem um compromisso com o voto no DF. Infelizmente, esse direito, legítimo sob todas as formas de arbítrio que ainda sobreviverem neste país, não foi concretizado. O que prova que abertura não chegou ao ponto ideal. Há muito caminho pela frente; a luta não morreu. (Nelson Luiz - Campus)

Campus agradece

Jornalismo é ritmo, é pique. Não dá pra começar, interromper, começar de novo sem causar prejuízos à qualidade do trabalho. Daí porque o **Campus** não parou durante o vestibular, permitindo que fizessemos chegar aos leitores, no prazo de uma quinzena, esta edição especial de 24 páginas. Mas, como nossa redação estava bloqueada pela Covepe, por causa do vestibular, tivemos que buscar outro local para fazer o

jornal. Graças à boa vontade da direção da Faculdade de Tecnologia, que nos cedeu amplas e agradáveis instalações, pudemos preparar adequadamente esta edição de fim de semestre. Não poderíamos, pois, deixar de registrar aqui nossos agradecimentos àquela Faculdade, principalmente aos funcionários de sua Secretaria, que nos deram todo o apoio material necessário à realização do nosso trabalho. (A Redação)

Carta do leitor (1)

O anátema de "mau caratismo" que a imprensa tem lançado sobre o CO, tem abalado a estrutura dos moradores, já tão cheios de problemas tanto pessoais como acadêmicos. Os problemas encontrados no CO não diferem muito dos problemas encontrados em qualquer bloco de apartamentos do Plano Piloto ou cidades satélites. Por que anatematizar o CO? O que há por trás dessa atitude enérgica com relação ao Alojamento? A índole do CO é sui generis. O que os moradores mostram é uma firmeza de vontade relativa à maneira de agir e reagir às imposições do sistema e isto incomoda muitas pessoas. Resta saber o que estas pessoas propõem para o CO e até que ponto suas propostas se tornaram válidas para nós. (Terezinha De O. N. da Costa - Bl. "BQ, Apt° 217. CO)

Carta do leitor (2)

Fazemos questão de desfazer a confusão que foi criada na referida carta em torno da possível ilegalidade de o bandeirinha Alex Japias-

su ter atuado como jogador da equipe Educação Física I. Para a partida EDF 1 x Comunicação, Alex foi escalado bandeirinha e assim atuou no 1° tempo. Nada ocorreu que desabonasse a sua atuação. A equipe EDF 1 esteve nessa etapa com apenas 10 jogadores em campo, o que naturalmente a prejudicava. No segundo tempo, Alex, após passar a função de bandeirinha a outra pessoa indicada pelo delegado da partida, participou como jogador do time Educação Física I. Cabe salientar que Alex Japiassu é jogador registrado nesse time. O fato de ter bandeirado no primeiro tempo não o impedia de participar posteriormente como atleta, já que a "The Football Association Referees Committee", órgão da FIFA, estabelece que se o juiz-de-linha (bandeirinha) for jogador registrado, pode completar o quadro de jogadores do seu time, mesmo depois de ter atuado como bandeirinha durante certo tempo na mesma partida.

Longo, Alex podia legalmente participar do jogo. O item do Código Desportivo da FIFA citado nesta carta justifica portanto a atitude do juiz e do delegado da partida, Florentino Alves, nesse acontecimento, o que faz com que o recurso impetrado seja improcedente. Na verdade, ficou provada a falta de interesse do time da Comunicação em se inteirar da Legislação Desportiva. Além de desfazer essa confusão, a nossa carta tem o intuito de rebater as acusações inteiramente descabidas levantadas contra a coordenação de Futebol do I JIUnB's, composta em grande parte por alunos de Educação Física. O livro **Regras de Futebol** de Leopoldo Sant'ana, na página 56, questão 130, dá mais detalhes sobre esse item do Código Desportivo. (Paulo César Valença de Lima e Maria Tereza Milanez, do departamento de Educação Física).

ESPAÇO

Novas caras na imprensa do DF. A Voz de Luziânia, Satélite, Jornal do Novo Gama, Taguá City, Jornal do Guará, Jornal de Sobradinho, circulam pelas cidades-satélites mensalmente e, a despeito da crise, mostram, na maioria das vezes, realidades intrigantemente felizes. Os novos periódicos, ao contrário da maior parte dos meios de comunicação, dão um aspecto de agradáveis cidadezinhas interioranas que progredem razoavelmente com sua high society local e um comércio verdejante. As autoridades são todas esforçadas e as populações locais sempre conseguem o que querem em termos de reinvidicações.

Essa estranha visão que esses jornais dão ao leitor não convence contudo. É até estranho perceber a quantidade de anúncios ou matérias pagas nesses jornais e mesmo a insistente presença de figuras do GDF, além de anúncios do Governo Federal. Se por um lado é estranho, por outro é compreensível. Esses jornais não têm em si a gênese que, pela história da imprensa brasileira podemos dizer que seja uma "forma natural" de um jornal nascer.

Antes de a imprensa nacional ter caráter eminentemente em-

Fórmula para faturar: imprensa X poder local

James Allen *

presarial, os jornais que surgiram eram principalmente produtos e veículos de idéias, meios para que grupos ideológicos discutissem e espalhassem seus conceitos políticos pelo país. Isso deu, então, à grande imprensa, hoje, o seu colorido característico. Um conteúdo específico a cada um dos jornais que, embora comprometidos com seus interesses econômicos, mantêm uma identidade no cenário jornalístico. Há o sabor de autenticidade.

Outros pequenos jornais do país — como ainda são os das cidades-satélites, também são ligados às idéias. São os jornais dos sindicatos, das associações de profissionais e os jornais que surgiram clandestinamente após 64 (ocupando um espaço político deixado pela grande imprensa) engajados — essa é a palavra — numa luta política na qual o jornal era apenas um dos seus veículos de propagação de con-

vicções políticas. A sua sobrevivência econômica, como era o caso do Movimento, dependeu em seu início do esforço pouco profissional e muito político do trabalho gratuito de jornalistas e militantes em geral e hoje já é uma empresa mais estável.

Um outro tipo de jornal que pode ser confrontado com os novos periódicos das cidades-satélites são os «jornais de vizinhança». Um filão ainda pouco estudado por ser um fenômeno recente, mas que são produtos diretos de associações de moradores de bairro que encontraram no jornal formas de reunir seus associados e divulgar as atividades comunitárias, no seio de sua vizinhança. E aí que é interessante examinar os periódicos das cidades-satélites. Se a ideologia, a divulgação de idéias políticas não são aparentemente seus objetivos (eles procuram dar aquela aparência de grande imprensa no texto, tipo mito da imparcialidade),

tampouco são «jornais de vizinhança» no sentido de serem produtos das associações de moradores.

A maior parte desses jornais têm uma fórmula engendradora para ganhar dinheiro: dão a aparência de jornal de grande imprensa (sem terem passado pela metamorfose histórica dos grandes jornais da atualidade) que seriam voltados para suas comunidades (sem serem produtos e propriedade desses moradores). No final das contas, ao se ver a quantidade e o calibre dos anúncios publicados nos jornais, o leitor tem a desagradável sensação de que são peças publicitárias recheadas com um linguajar jornalístico sem vínculo com as realidades locais. No Jornal do Novo Gama, que circula numa comunidade que é praticamente uma cidade-dormitório, foi publicado um anúncio de uma empresa de transportes aéreos.

Bem disse o Nelson Luiz, aqui da redação do **Campus**: «Esses jornais são a união dos empresários com o poder local contra a população».

* James Allen é editor de Internacional e Ciência do Campus.

Campus

Jornal-Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-Chefe: Prof. Murilo Cesar Ramos. **Chefe de Reportagem:** Prof. Carlos Augusto Setti. **Editoria de Fotografia:** Prof.ª Luiza Venturelli. **Editores:** Nelson Luiz (UnB), Eugênia Maria (Comunidade), Jãma Gama (Nacional), James Allen (Internacional e Ciência), Maria Luiza (Cultura).

Redação: Cristina Gutemberg, Humberto Martins, Idelson Alan, Ieda Prestes, Ilara Viotti, Janio Carlos, Luciene Rosa de Assis, Luiz Roberto Nader, Luiza Modesto, Marcelo Vieira, Marcelo V. Coelho, Marcia Suyene, Paulenir Constância, Pedro Sergio Coe, Rosalina Machado, Sandra Fernandes, Sheila Perru, William Santiago. **Diagramação:** Ailton Maia/JBr.

Redação: Departamento de Comunicação/UnB, 70910 Brasília, DF. Telefone: 2740022, R. 2463.

SONHO E REALIDADE

Quem passou no vestibular não entrou exatamente num mar de rosas. A UnB é hoje uma universidade em discussão.

Vestibular: sobrevivência do mais apto?

Mas afinal o que é vestibular? Segundo edital da COPEVE (Comissão Permanente de Concurso vestibular), "o concurso vestibular constitui o processo de seleção a que se submetem os candidatos a cursos universitários". E mais, "esse processo se justifica, uma vez que a Universidade não dispõe de recursos suficientes para oferecer ensino superior a todos que a procuram. É necessário, pois, que suas vagas se destinem aqueles que demonstrem conhecimento mais amplo e homogêneo em nível de 2º grau e maior aptidão intelectual para prosseguimento de estudos superiores".

Mas para muitas pessoas, o vestibular é apenas uma maratona, onde vence aquele com maior preparo físico e psicológico, e também, é claro intelectual. Como o vestibulando Tales Alves Navarro, 16 anos, que abdicou de tudo e estuda em média 14 horas por dia.

Se mede conhecimento, ou não, se é justo, ou não — julgamentos à parte. Na realidade, o vestibular é um verdadeiro fenômeno. Mais de mil pessoas trabalharam diretamente neste vestibular, sem contar a imprensa que fez a cobertura.

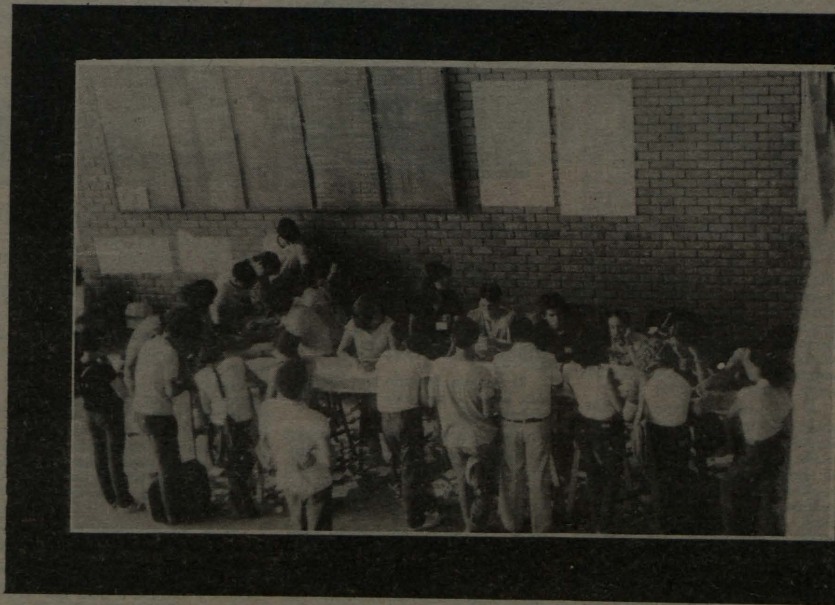
Foram 7.162 inscritos para um total de 810 vagas. O vestibular de janeiro apresentou um número superior de candidatos — 9.181. Para o professor Enio Magalhães, presidente da COPEVE, uma das razões para isso é que em julho o número de estudantes que terminam o 2º grau é menor, quase exclusivamente alunos do supletivo, e estes geralmente não fazem vestibular na UnB.

Enio Magalhães analisa também a grande procura da Universidade pelos estudantes brasileiros. E diz: "Este é um modo de pensar do brasileiro. Nós, de modo geral, não valorizamos as profissões de nível médio, por uma questão de status. Na Alemanha, por exemplo, um relojoeiro é valorizado — é o relojoeiro — e pode ganhar muito bem em comparação com um profissional de nível superior".

REALIZAÇÃO

Com todas as angústias e tensões, pelo menos quanto à segurança e sigilo do vestibular, os concorrentes podem ficar tranquilos. O professor Enio Magalhães faz questão de frisar: "Na UnB, nunca houve fraude, a não ser a ocorrida em 69, quando ainda nem existia a COPEVE". Ele justifica o sucesso da Comissão, dizendo que são tomados todos os cuidados com a segurança.

A COPEVE é a responsável



Passar no vestibular da UnB representou um sonho para os 7 mil candidatos a 810 vagas. A realidade para os que passaram, pode ser, após a euforia da aprovação, incerta e decepcionante.

por todo o processo, desde a elaboração das provas e sua impressão até os resultados finais dos aprovados. Tanto os professores elaboradores das provas, que são escolhidos pelo reitor José Carlos de Azevedo, quanto os funcionários, escolhidos pela presidência da COPEVE e seus assessores, são pessoas com grande tradição de honestidade.

Os cuidados não param aí. A COPEVE, que funciona no subsolo do Minhocão tem apenas uma porta de acesso com uma guarda de plantão 24 horas por dia. Nem mesmo as pequenas janelas são abertas, a renovação de ar é feita artificialmente.

PROVA DE REDAÇÃO

Uma das maiores preocupações dos vestibulandos, atualmente, é a prova de redação. O professor Enio Magalhães considera que a redação ajudou a melhorar o nível dos concorrentes. "De um modo geral os alunos têm apresentado um rendimento melhor". Com a mudança na formulação das provas, prova tipo certo ou errado, com dez itens e as provas discursivas o estudante é obrigado a raciocinar mais, e também diminuiu o número de acertos casuais, o "chute". Muitos cursinhos que se especializavam em ensinar macetes aos vestibulandos foram obrigados a mudar de tática e passaram a dar mais conteúdo em suas aulas. (Rosalina Machado)

UnB: crise e resistência

A Universidade de Brasília é hoje uma instituição de ensino em busca de um caminho. Fundada em 1962 pelo atual vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, ela tem enfrentado diversas crises políticas motivadas pelas crises institucionais do país e pela sua proximidade com o poder central. É comum as pessoas indicarem sua localização como sendo o «quintal do Planalto».

Os períodos de maior angústia foram vividos em 1968 e 1977, quando ministros militares e parlamentares do Governo oprimiram muitos professores foram demitidos e alunos foram expulsos, sob a acusação de práticas subversivas. Em artigo no *Correio Brasileiro*, de 24 de maio de 1980, um jornalista escrevia que na UnB «(...) todos os temas culturais e universitários sofreram um crivo terrível — o crivo da segurança nacional — (...).»

Na UnB desde setembro de 1968, o atual reitor José Carlos de Almeida Azevedo é Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Engenharia Técnica da Marinha e formado pelo Massachusetts Institute of Technology, de onde tem três mestrados (Física, Engenharia e Arquitetura Naval e Engenharia Nuclear) e um doutorado em Física. Ele foi o vice-reitor nas gestões de Caio Benjamin e Amadeu Cury. Em 1976 começou seu primeiro mandato como reitor. Em 1980 foi reconduzido ao cargo pela promulgação da Lei 6.733/79.

RECONDUÇÃO

A recondução de Azevedo foi repudiada pelos alunos, que fizeram greve de duas semanas contra a sua permanência na UnB. Em 24 de maio

de 1980 o reitor declara a *O Globo* que "se a greve tinha como uma das finalidades a minha não-permanência, avise a eles que já fui reconduzido". O vice-reitor é Luis Otávio Souza Carmo, professor do Departamento de Letras e Linguística e à época Decano de Assuntos Comunitários. A posse de Azevedo e Souza Carmo foi prestigiada por oficiais-generais e representantes dos ministros militares e parlamentares do Governo.

Em 1982 a UnB viveu mais uma de suas crises. No dia 28 de outubro 5.000 alunos, reunidos em Assembleia Geral deflagaram uma greve geral pela solução dos problemas dos cursos paralisados, participação nos órgãos colegiados e criação de uma comissão para avaliar necessidade de professores.

COLABORADORES

Nos dias 9, 10 e 11 de novembro, através de um plebiscito, os professores entraram em greve pelo enquadramento dos professores colaboradores, por um projeto de carreira na UnB e pelo fim dos contratos por tempo determinado. Pela primeira vez em todo o tempo que esteve na UnB o reitor Azevedo sentou-se à mesa de negociações com os alunos e professores e em dezembro a UnB voltou às aulas, sendo assinados acordos entre a reitoria, alunos e professores.

No início deste semestre, os professores entraram em greve novamente exigindo o cumprimento dos acordos assinados, já que o reitor se recusava a fazê-lo. Assinado um novo acordo, voltaram às aulas. Até agora nem todos os professores foram enquadrados, persistindo na UnB a categoria do

professor colaborador. O Projeto de Carreira elaborado por eles foi entregue à reitoria, mas até hoje não houve encaminhamento da administração.

Os alunos hoje participam somente com voz nos colegiados que administram a UnB. Não têm direito a voto e enfrentam problemas como o impedimento de participar de determinados pontos de pauta. Para resolver o problema tiveram que conseguir na Justiça uma liminar que lhes assegure os direitos conquistados com a greve do ano passado. Estão ainda em formação as comissões para estudo de necessidade de professores.

Na UnB, o Diretório Central de Estudantes (DCE — Livre Honesto Guimarães), centraliza as lutas estudantis. Ao seu redor se encontram os Centros Acadêmicos, que representam os alunos a nível de cada curso. O Conselho de CAS, reúne essas entidades de base e ao lado do DCE e da Assembleia Geral, formam as instâncias de decisões das questões relativas aos alunos. O DCE substituiu o antigo Diretório Universitário (DU), que era atrelado à administração da Universidade. Seu nome homenageia um estudante da UnB desaparecido durante os anos mais negros da repressão. O Presidente do DCE é Flávio Montiel, estudante de Sociologia.

A Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), fundada em maio de 1978, representa os professores. Seu presidente, o professor de Engenharia Mecânica, Antonio Ibañez disse que ela «surgiu como consequência da necessidade dos professores se unirem após a greve de 77». A ADUnB tem 350 associados. (Nelson Luiz)

SONHO E REALIDADE

Para o calouro desafio é a burocracia

O primeiro semestre numa universidade é sempre a descoberta de uma nova realidade. É comum que o aluno se sinta um tanto confuso com a burocracia da UnB. Para se livrar dos atropelos o diretor da Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA), Admar Pamplona, recomenda aos calouros lerem com atenção *Manual do Aluno de Graduação*. De acordo com ele, este manual contém todas as informações necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Pamplona informou que o aluno, no primeiro semestre, recebe um horário fixo com as matérias que irá cursar. Elas são obrigatórias para a conclusão do ciclo básico. Nesse ciclo o estudante pode fazer até 60 créditos, no máximo, e 36, no mínimo. Ao terminar essa fase ele poderá confirmar sua opção para a qual foi aprovado no vestibular.

As matérias obrigatórias para a área de ciências são seis: Introdução à Física; Cálculo I; Química Geral; Biologia Geral; Estudo de Problemas Brasileiros I e Prática Desportiva I. Para a área de humanidades elas são cinco: Estudo de Problemas Brasileiros I; Introdução à Metodologia Científica; Língua Portuguesa I; Prática Desportiva I e Língua Estrangeira I (Francês, Alemão, Inglês ou Espanhol). Não é mais obrigatório cursar a disciplina Introdução à Sociologia.

DOCUMENTOS

Sobre a matrícula, o diretor da DAA disse que é importante a apresentação dos originais dos documentos, para que sejam autenticados, não necessitando a autenticação pelo cartório. Apesar de uma norma do Ministro da Desburocratização dispensar a autenticação, Pamplona pede ao aluno que apresente o original para que seja autenticado. Ele avisou que não há reserva de vagas nas diversas turmas e que os melhores horários são preenchidos pelos que chegarem mais cedo.

Além das matérias oferecidas no horário fixo, Pamplona diz que o calouro pode completar seu horário, matriculando-se em mais matérias, obedecendo os limites de créditos para cada curso durante um semestre (*Manual*, pág. 99), no período de reajuste. Ele pede que seja observado, para esse e outros casos, o calendário distribuído a todos.

VAGAS

Admar Pamplona entende que todos devem ler o *Regimento Geral* da UnB e os Anexos ao *Regimento Geral* — podem ser encontrados à venda na Livraria da UnB, Ala Sul do Minhocão. Os anexos cuidam da estrutura dos diversos cursos da Universidade. Além deles, seria fundamental consultar os *Documentos de Curso*, à disposição nos departamentos.

Apenas o primeiro semestre tem o horário fixo. A partir do segundo, o estudante recebe uma lista de ofertas para montar seu horário. Segundo Pamplona, a programação das vagas é feita para um número determinado de alunos, mas com as transferências, ocorrem dificuldades. Ele acrescentou que todas as informações sobre matrículas estão contidas na página 33 do *Manual* (Nelson Luiz).

Antes, durante e depois. Três fases distintas e estancas na vida acadêmica. Antes, é a assombração do vestibular povoando nossos sonhos de um dia chegar "lá", ao quase inatingível mundo universitário. Durante, a vida universitária com seus incúrios de coleguismo e as atividades acadêmicas, deixando saudades. Depois, não temos mais sonhos e sim pedádelos e inseguranças para enfrentar um mercado de trabalho sem empregos.

Um vestibulando entrevistado pelo Campus desabafou: "Você tem que passar na primeira, porque na segunda você não tem mais nervos". Estudando 14 horas por dia, claramente agitado pela proximidade das provas, ele disse, em dez minutos de entrevista, todos os chavões que um aspirante à vida universitária sente na pele: "Você tem que estudar mais que o cara que está do seu lado, só que ele pensa exatamente assim. Vinte e quatro horas por dia parece ser pouco tempo para a gente estudar. Estamos cheios de fórmulas na cabeça".

Uma formanda que ouvia esta conversa, realizada durante a vinda dos vestibulandos à UnB para receberem instruções de como fazer a prova e pegarem os cartões do computador "Galileu", concluiu: "Como mudamos! Perdemos toda esta ingenuidade".

E como mudamos. Participamos pela primeira vez, muitas das vezes, de assembleias, debates, encontros, seminários. Despertamos nos para questões nacionais, resolvemos os problemas do mundo, revolucionamos nossas vidas e de nossos compatriotas. E de repente estamos aptos. Prontos. Formados.

A locomotiva parou. O "Minhocão", como um trem de cargas, despejará no mercado de trabalho este semestre, entre 542 diplomados, 25 agrônomos, 31 arquitetos, 32 engenheiros civis, 14 engenheiros elétricos e 27 engenheiros mecânicos, 21 administradores de empresas, 33 advogados, 24 pedagogos, 9 nutricionistas, 8 enfermeiros e 5 médicos.

Com alguns destes formandos colhemos as opiniões seguintes, tendo sido feitas as mesmas perguntas para todos eles: 1) O que acharam do curso? 2) O que gostariam de fazer na vida profissional? 3) Quais as perspectivas de trabalho na área que formaram? Abaixo as respostas que colhemos.

Fábio Borba — (Arquitetura): 1) O curso de Arquitetura é um projeto excelente, sendo conduzido por mestres-de-obras, não sai um negócio bem feito. Sai meio pendente, meio deficiente. Tem professores com capacidade, mas são desviados. Não ensinam o que eles aprendem por aí.

2) Tem muitos campos na Arquitetura. Da fase que entrei até agora já me passaram mil idéias na cabeça, muitos sonhos. O primeiro que descei o pego.

3) Não trabalho em Arquitetura, não me preocupei com isso ainda. Trabalho num banco, e isso não permite que eu faça estágio. A falta de prática é muito grande e me deixa inseguro.

Com a formatura, adeus às ilusões



Enquanto uns batem à porta da ilusão outros saem pela porta da realidade

Hélio Gama — (Sociologia): 1) Muito teórico. Não instrumentaliza o cara para o campo de trabalho. Saímos com um curso que não presta para porra nenhuma.

2) O ideal era trabalhar na área de pesquisa rural ou educação. Na maioria das vezes você não exerce a profissão, ocupa funções burocráticas.

3) Estava fazendo um estágio mas parei. O mercado de trabalho está saturado.

Silas — (Florestal e Agronomia): 1) Como toda Universidade brasileira, a UnB tem falhas. Falhas que parecem surgir da Administração Central. Falta de verba para a pesquisa, falta de verba para a monitoria. Aqui se faz um projeto final, que é uma pesquisa em campo, algum tipo de experimentação. Mas não se tem nenhum tipo de ajuda para essa pesquisa. Deveria aumentar o número de professores, separar os Departamentos de Agronomia do de Engenharia Florestal, prover de recursos a Fazenda da UnB. Para o Departamento de Agronomia, seria de suma importância que a Fazenda fosse modelo, que tivesse desde a criação de porcos até a plantação de trigo.

2) Gostaria de mexer com Ecologia, preservação do meio ambiente. Aqui tem gente, quando forma, que mexe desde criação de abelhas até plantação de tomates.

3) Perspectivas de emprego estão difíceis. Tenho amigos que se formaram no ano passado e estão empregados, outros desempregados até hoje ou subempregados ganhando 30 mil cruzeiros.

Luciana — (Direito): 1) A primeira coisa errada no Direito é que antes de você fazer as matérias básicas do curso, você tem que fazer a opção.

Num momento que ainda não teve contato nenhum com o que vem a ser direito. A falta de prática é outro entrave. Deveria existir um Escritório-modelo como no CEUB, na UFG, em São José dos Campos. A população carente não tem acesso à Justiça. O Escritório seria ao mesmo tempo, uma solução para esse problema e uma oportunidade para os alunos terem contato com a prática. O anteprojeto do Escritório já está aprovado, falta sua implantação. Outro ponto pendente, é que aqui só se estudam as normas, não se estuda o porquê delas terem sido feitas, de uma maneira mais voltada para a Sociologia. Já se fala numa Nova Escola Jurídica, que teria essas preocupações.

2) A minha opção foi Direito Trabalhista. Estou estagiando num escritório de advocacia onde não vejo muito de Direito Trabalhista. Mas tem Direito é bom que você tenha uma visão ampla.

3) Estou estagiando num escritório de Advocacia e vou ficar por lá.

Oswaldo da Silva Filho — (Engenharia Elétrica): 1) Aqui o cara é forçado a ser um individualista, um competidor. A MGA força a gente ser assim. Não existe cooperação. O curso é bem dado em certas cadeiras, mas em outras. Nos cursos que os professores não têm dedicação exclusiva você tem que se virar sozinho. Tem que ir atrás de livros, fazer projetos, coisas que precisariam ser feitas com um mínimo de orientação e ajuda. Aqui não existe coletivismo. Amigos só fora da classe. Ninguém "bizura". É um curso puxado, difícil. E ainda por cima os professores não entendem o aluno. A maioria dos professores não ensina quase nada e em contrapartida exige tudo. Você é forçado a ser autônomo. Você se sente isolado. Quem entrar aqui tem que estar

ciente disso. Se ele depender de alguém pra uma forcinha...

2) O objetivo do cara que se forma aqui é desenvolver pesquisa. Você mesmo fazer, mexer com a coisa e não ficar sentado num escritório. Isso em geral não é possível.

3) O campo de trabalho aqui em Brasília não está bom. Aqui não tem indústrias. Você tem que ir pra fora. Trabalhar em indústrias de componentes, indústrias da informática.

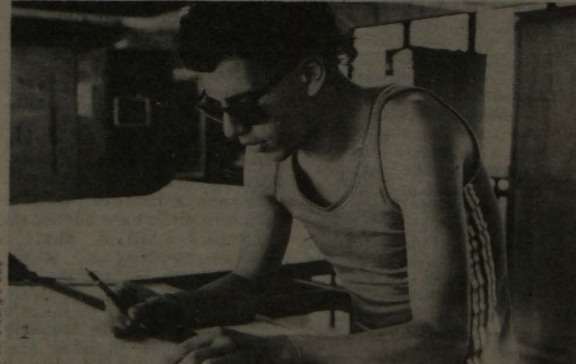
Luciene — (Comunicação): 1) Acho que o curso está melhorando. Vim transferida de Goiânia, e quando entrei aqui o curso estava meio desestruturado. Quando fiz POM (Pesquisa de Opinião e Mercado-logia), por exemplo, não fizemos nada de pesquisa, como diz o nome da matéria. A maioria das matérias você entra pensando que é uma coisa e é outra. TJPI (Técnica de Jornal e Periódicos) é a terceira vez que estou tentando fazer. Das vezes anteriores que eu me matriculei, o professor ficava lá na frente, a gente aqui na máquina de escrever, fazendo pauta, matéria, tudo, pra depois não sair nada publicado. Não se tinha o Jornal. A melhora ocorreu pela interferência dos alunos, através dos formulários distribuídos pelo CA perguntando pelos cursos e pelos professores. As pessoas precisam escrever mais, antes de chegar em TJPI.

2) Penso em fazer mestrado em Comunicação. As histórias em quadrinhos como meio de comunicação. Quais as mensagens que elas levam? Qual a ideologia? Num plano mais imediato, pretendo trabalhar em Jornal e Televisão.

3) Perspectivas de emprego a gente sempre tem. Tenho deixado meu currículo em vários lugares, e as pessoas prometem me ligar depois. (Pedro Sérgio Coe)



Silas: "... alguns ex-colegas ganhando 30 mil mensais"



Fábio: "O curso de Arquitetura é um excelente projeto"

Lixo químico sem tratamento polui o Lago

Laboratórios inseguros lançam resíduos no Lago e ameaçam a ecologia. Solução é a miniusina.

"Estávamos fazendo uma pesquisa para determinar a proporção de metais pesados nas águas do lago Paranoá. De repente, descobri que com essa experiência também estávamos ajudando a poluir o lago com metais, como mercúrio, cobre e cádmio". Este é o depoimento da aluna do Departamento de Química da Universidade de Brasília, Thais Magalhães, que procurou a redação do Campus para relatar fatos que vêm ocorrendo nos laboratórios daquele Departamento.

Explicando a experiência, Thais disse que "para dosar o teor de metais, existentes nas águas do lago, é necessário se prepararem soluções de concentrações conhecidas destes metais, soluções padrões que permitem calibrar o aparelho usado na determinação". Dessa forma, por comparação (tipo uma regra de três simples) se descobre e determina a concentração das referidas substâncias. "Após a calibração dos aparelhos, estas soluções padrões são lançadas na pia indo diretamente para os esgotos sem nenhum tratamento prévio".

O problema está aí. O lixo químico dos laboratórios é jogado no lago sem tratamento, uma vez que a CAESB, responsável pelo tratamento de águas e esgotos de Brasília não dá nenhum tratamento específico para estes casos. Apenas o chamado lixo doméstico é tratado, uma vez que Brasília não tem indústrias com poluição química.

TRATAMENTO

Para Thais, a Universidade deveria criar um centro de tratamento de água (uma miniusina) que funcionaria como um local de estágio, já que não existe mais estágio obrigatório. Ela mesma diz que isto ficaria caro, mas é uma necessidade. "A miniusina serviria para reaproveitar muitos materiais. Nesse sentido viria a preencher três objetivos: ajudaria a economizar, a despoluir, e a ensinar uma prática muito útil".

Para o professor Peter Bakuzis, do Departamento

de Química, apesar de desconhecer casos mais graves de poluição, a preocupação com poluentes é deficiente. Ele acrescenta: "Todos nós somos culpados, falta conscientização do brasileiro". Mas esta situação está melhorando. Na sua opinião há cinco anos era bem pior. "Hoje os alunos já são muito mais cuidadosos, principalmente com a toxicidade dos materiais. Talvez devido a divulgação pelos órgãos de comunicação sobre os danos que certas substâncias químicas acarretam à saúde.

Mas, para ele, existem muitos cuidados que estão ao alcance de todos e deveriam ser tomados. O uso de óculos, por exemplo, deveria ser obrigatório a todos que trabalhassem nos laboratórios, assim como o uso de aventais e luvas. "Existe uma resistência nesse sentido, geralmente as pessoas não acreditam no perigo".

COMISSÃO

Os estudantes de Química, atentos à sua realidade, durante o período de greve do ano passado, formaram uma comissão para levantar os problemas do Departamento. Em reunião, com professores de todas as áreas da química, propuseram que fosse ministrada uma disciplina, no início do curso, com noções básicas dos cuidados em se trabalhar com os elementos químicos e primeiros socorros em caso de acidentes.

Na opinião da professora Maria Beatriz Monteiro, do Departamento de Química, faltam nos laboratórios equipamentos mais simples. "Acontece frequentemente conseguirmos verbas para equipamentos sofisticados, mas materiais corriqueiros como tubos, vidrarias e solventes é mais difícil. Já estamos ficando cansados de fazer listas de pedidos para esses materiais". Para ela os pedidos se perdem nos caminhos burocráticos.

Quanto à segurança, ela diz que é deficiente, mas sempre é possível tomar certos cuidados. Ela mostra um pequeno cobertor e várias caixinhas com areia espa-



Pedro Sérgio Coe

A segurança dos laboratórios é insuficiente e os metais pesados vão para o Lago.

GDF insiste em destruir Água Limpa

Será que alguém ainda se lembra do caso da Fazenda Água Limpa? Por que a grande imprensa limitou-se a denunciar a construção da barragem, para depois esquecer de informar sobre o rumo dos acontecimentos? Provavelmente não foi por causa da desindexação nem do expurgo dos salários. Deixar a comunidade brasileira ignorante sobre fatos tão relevantes não deveria ser o papel dos meios de comunicação.

A situação da Água Limpa está no seguinte pé: o Secretário de Agricultura do DF, Alceu Sanches, continua irredutível. Ou se constrói a barragem na área da reserva ecológica ou abandona-se o projeto Vargem Bonita II. Nesse sentido, o GDF já entrou na Justiça para derrubar a liminar que proíbe a construção da barragem. Por outro lado, a comissão de defesa da reserva pretende

entrar com uma ação popular que impeça, agora definitivamente, o reinício das obras, o que acarretará uma despesa de cerca de Cr\$ 50 mil, com datilógrafos e Oficial de Justiça. Para recolher esta quantia, os alunos e professores que formam a comissão pretendem fazer uma coleta na UnB.

INFLEXIBILIDADE

O mais estranho nessa história é a atitude do Sr. Alceu Sanches. Tanto o núcleo hortigranjeiro Vargem Bonita II quanto a reserva ecológica da Fazenda Água Limpa são importantes para a comunidade. Por que manter-se inflexível numa posição que não interessa a ninguém? Ou interessa? O fato é que as pessoas se encontram desmobilizadas em relação à causa, favorecendo a posição do GDF e colaborando para que soluções prejudiciais à comunidade continuem a ser tentadas. (Marcelo Villares Coelho)



Marcelo Villares Coelho

Reserva Ecológica: visite antes que acabe

lhadas pelo laboratório e diz: "Isto é simples, mas pode ajudar muito no caso de um pequeno incêndio ou no caso de se derramar algum ácido. Mas faltam muitas coisas". Não se tem dispositivos apropriados para coleta de restos de substâncias que são jogados na pia. Falta uma estrutura não só da Universidade, mas de instituições de fora. Ela cita o exemplo de quando estudava no Canadá: lá se recolhia todos os resíduos dos laboratórios, principalmente os solventes, em galões que posteriormente eram recolhidos, com cuidado e reaproveitados. Houve mesmo o caso do Corpo de Bombeiros fechar um laboratório considerado sem proteção.

A professora Maria Beatriz considera que está havendo muito preconceito contra as atividades da Química. Hoje está predominando um pensamento negativo. "Há a tendência de se ver apenas o aspecto da poluição e a toxicidade das substâncias químicas. Mas é preciso levar em conta que a tecnologia se desenvolveu de tal forma, que beneficia muito mais gente. É claro, tem que haver vigilância, pois existem pessoas sem escrúpulos. Mas responsabilizar a química não é justo. A utilização da química é que não está sendo correta".

Outros departamentos também reclamam. A estudante de Odontologia, Maria Olívia Medeiros, diz que faltam materiais de laboratórios e principalmente manutenção dos equipamentos, como microscópios, por exemplo. Elise Sambauch, também do curso de Odontologia, diz que nos laboratórios de Anatomia, da Medicina Complementar, as "peças" estão muito velhas. "Para se ter uma ideia, tem cadáver com dez anos". (Rosalina Machado)

RESENHA

Velocidade impõe uso de quebra-molas

Bolsas de Estudo

A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior — CAPES — do Ministério da Educação e Cultura está oferecendo bolsas de estudo para cursos de pós-graduação no exterior ministrado, doutorado e especialização, na área de artes (artes plásticas, artes cênicas, dança, música, cinema e fotografia). As bolsas cobrem passagens aéreas e mensalidades. As inscrições podem ser feitas até 12 de agosto nas pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação, Comissão PICD, delegacias do MEC e CAPES (Ministério da Educação e Cultura — Anexo I).

CA de Arquitetura

O CA de Arquitetura tem nova diretoria. Em eleições realizadas nos dias 5 e 6 de julho, saiu vencedora a chapa Perspectiva, com vantagem de apenas seis votos sobre o pessoal da Casa. De um total de 235 votantes, Perspectiva obteve 113 votos. Segundo os vencedores, "os pontos de destaque do nosso programa são a dinamização da vida acadêmica e teórica, e a implantação de um trabalho prático de arquitetura na comunidade. No curso de Arquitetura, fazemos projetos de urbanização de favelas, creches e escolas, porém estes projetos sequer chegam à comunidade. É necessário então implementar uma discussão com os professores e alunos através da sala de aula e das comissões paritárias, para unificar iniciativas, questionar e criar um espaço onde o curso possa participar, contribuindo para a sociedade e para a Universidade.

Fulbright

A Comissão Fulbright e a CAPES mantêm um programa de especialização na área de artes (artes plásticas, artes cênicas, dança, música, cinema e fotografia) para artistas com talento comprovado desenvolverem estudos em instituições de ensino norte-americanas, a partir de agosto/setembro de 1984. As bolsas cobrem despesas com passagens aéreas, seguro-saúde, taxas escolares e mensalidades, e têm duração de até dez meses. As inscrições devem ser feitas nos escritórios da USIS, pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-graduação, delegacia do MEC, Comissão PICD, CAPES e Comissão Fulbright (Casa Thomas Jefferson, entre quadras 706/906 sul, CEP 70390, Brasília-DF).

Avaliação de curso

O Centro Acadêmico do Departamento de Comunicação está distribuindo entre os alunos um questionário de avaliação do curso. O

CA/COM pretende utilizar o resultado do questionário para "inferir na elaboração do curso". As perguntas abrangem assuntos como o desempenho dos professores; os planos das disciplinas; a bibliografia indicada e o currículo.

Informática

A revista *Novidades em Brasília* abre suas páginas para uma reportagem sobre a Informática e o futuro de Brasília. A matéria deve conter, principalmente, as perspectivas de desenvolvimento de Brasília, no campo da informática, baseadas nas realizações presentes e projetos existentes". A reportagem deve ocupar um espaço mínimo de 4 laudas e o máximo de 7, se possível com ilustrações (fotos), e o prazo de entrega termina no dia 30 de julho, na redação da revista — Brasília Editora, Publicidade e Promoções Ltda, Supercenter Venâncio 2000, salas 242/3 — 70000 Brasília-DF. A Católica de Brasília dará como prêmio uma bolsa para o curso de Processamento de Dados, no valor de 250 mil cruzeiros.

Monografias

A Sociedade de Amigos da Marinha do Distrito Federal — SOAMAR — DF, promove um Concurso de Monografias com o tema "A Marinha, a Antártida e o futuro do Brasil". Podem concorrer estudantes de 2º grau e universitários do Distrito Federal. Os trabalhos devem ser entregues no Serviço de Relações Públicas do Comando Naval de Brasília — Esplanada dos Ministérios — Bloco "N" — 4º andar, até o dia 2 de agosto. Maiores informações sobre o regulamento na SOAMAR — DF.

Use a imaginação

O Centro Acadêmico e o Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília promovem o "I Concurso de Rotários", para estudantes de Comunicação da UNB e CEUB. Inscrições e entrega dos trabalhos, na secretaria do Departamento de Comunicação — fone 274.0022 Ramal 2459 — entre 4 de julho e 22 de agosto. O patrocínio é da Play Back Video, fone 224.6485.

Anestesiologia

O "XV Curso Fundamentos Científicos da Anestesiologia", para médicos e residentes, tem início no dia 28 de julho e vai até 4 de agosto. A promoção é do Departamento de Medicina Complementar da Universidade de Brasília, coordenado pelo Dr. Renato Angelo Saravá. As inscrições podem ser feitas até um dia antes do início na Faculdade de Ciências da Saúde da UNB e o local das palestras será o auditório da 3 da FCS.

Por que todos os quebra-molas existentes nos campos da UNB foram arrancados? Isto leva a uma outra pergunta: por que eles tinham sido destruídos? Acontece que os abusos no interior do campus eram e são frequentes, tanto por parte da comunidade quanto dos coletivos que tratam aqui dentro em velocidade perigosa disparando as buzinas, cantando os pneus. Após o registro de dois acidentes fatais, a Universidade apressou-se em construir os ditos quebra-molas. Assentada a poeira, observa-se que interestes não declarados — possivelmente das empresas de transporte coletivo que operam nessas linhas — venceram o bom senso e as pistas voltam a presenciar os abusos.

"Vamos concordar que os quebra-molas foram construídos de forma pouco racional: eram em número excessivo, e muito próximos uns dos outros. Isto no entanto não justifica a sua retirada pura e simples. Vamos esperar que morram outras pessoas para voltar atrás e construir tudo de novo?"

Esta é a principal preocupação da Comissão Interna pre-

venção de Acidentes (CIPA), da UnB. O seu presidente, professor Luis Carlos Galvão, do Departamento de Engenharia Mecânica, pretende tornar esta campanha um esforço, não só da sua gestão, mas da própria comunidade universitária. "Racionalizar o trânsito e institucionalizar a segurança" é o que ele pretende.

SEGURANÇA

A segurança dos que trafegam diariamente pelas dependências internas da UnB é o interesse imediato do professor. Ele tem obtido um bom índice de resposta a suas solicitações nesse sentido. Assim é que o seu escritório datado de 24 de março, solicitando a colocação de corrimãos nas duas rampas do Minhocão, foi atendido em menos de um mês. Outro ofício ao IBDF a respeito de uma queimada subterrânea que chamava as mãos de adultos e crianças que locavam nela inadverentemente foi atendido em menos de 24 horas.

Todos os membros da CIPA têm curso de primeiros socorros

Direito Positivista não serve ao Brasil

Dirigindo-se em um manifesto de 1982, aos seus ex-alunos professor de Direito de Trabalho do Centro de Estudos Superiores do Para (CESPEP), Ronaldo Barata, afirmou que numa análise não muito profunda, "o ensino ministrado nos cursos de Direito em quase todo o Brasil é ainda predominantemente positivista. Este ensino imposto pela ideologia burguesa interessa ao Estado, pois equaciona o Direito como ordem e controle sociais; o seu limite é a lei. "A Escola jurídica Positivista teve origem no idealismo alemão do século XIX. De acordo com sua posição filosófico-jurídica, reconhece-se como única manifestação do Direito o conjunto de normas que integram o sistema jurídico de um Estado. Alguns juristas, advogados, professores e estudantes brasileiros, como Agostinho Ramalho, Raymundo Faoro, Marilena Chou, acreditando que o Direito brasileiro segue o positivismo legalista, têm criticado este posicionamento no Brasil e procurando buscar um novo pensamento que seja mais libertador, progressista e socialista.

A partir daí foram surgindo Departamentos, entre produtores intelectuais e leitores de todo o Brasil, inclusive do estrangeiro, reportando-se ao que o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil chamou de "revolução" do Direito brasileiro. Mas o que propõe realmente a nova Escola Jurídica Brasileira? Segundo Lyra Filho, antes de tudo a Escola visa examinar o Direito, não como ordem estabelecida, mas em luta dos princípios libertadores da sociedade em movimento. "Nossa meta é a justiça militante, não metafísica, nem idealista, nem abstrata, mas concretizada em toda etapa, na prática vanguarda, em oposição às resistências imobilistas e retrógradas".

Lyra acrescenta, ainda, que a Escola é brasileira, porque brasileiros são os seus membros e brasileiros é a denúncia do imperialismo e do "genocídio" cultural. Em última análise, seria uma Escola Humanista, cujo

princípio maior insere-se na declaração dos Direitos do Homem Socialista "O livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos".

A partir do livro da coleção Primeiros Passos "O que é o Direito" o pensamento do professor Lyra Filho está sendo mais divulgado em todo o Brasil, surgindo núcleos de estudos, seminários, debates com estudiosos. O grupo de Brasília lançou a revista "Direito e Avesso", sem ajuda de verbas oficiais ou dinheiro de empresas, onde são redigidos artigos de autores a respeito das novas ideias. Fora do âmbito universitário a nova corrente já encontra alguns simpatizantes. O tribunal Superior do Trabalho, por iniciativa do ministro Mozart Russonaro, aprovou unanimemente um voto de congratulação pela obra.

A nova Escola Jurídica Brasileira, segundo Lyra Filho, explica onde está o Direito legítimo. A OAB, acrescenta o professor já proclamava no seu Congresso de Manaus que todo Direito Estatal no Brasil é "originalmente ilegítimo porque se baseia numa carta constitucional outorgada por Esmenda da Junta, que não tinha poder constituinte". "O que temos é uma situação em que o povo paga o pato ou é o pato que os outros comem", conclui Roberto Lyra Filho. [Edna Cristina da turma de Redação de Jornais. mo]

A NOVA ESCOLA

Roberto Lyra Filho, bacharel, doutor em Direito e professor da Universidade de Brasília, há mais ou menos 40 anos vem realizando pesquisas sobre o Direito. Há cerca de dez anos "descobriu seu caminho"

PREFEITO

52%

Sem subsídios Bandeirão aumenta mais uma vez

O aumento de 52% no preço das refeições — é o segundo do ano — foi recebido com faixas e protestos pelos usuários do Bandeirão. Esse reajuste, que era anual até 1981, passou a semestral, obedecendo à portaria 003/82, baixada pelo MEC, em virtude da retirada parcial dos subsídios para os restaurantes universitários de todo o país. A nova tabela começou a vigorar a partir de 1º de julho, com preços que variam de Cr\$ 90,00 a Cr\$ 900,00, abrangendo as categorias de carentes até visitantes.

"Para o ano de 83, o MEC destinou uma verba de 48 milhões de cruzeiros para o Bandeirão da UnB. Mas, a FUB não considera o Restaurante Universitário (RU) como prioridade, pois destina 8% do total de sua verba para a manutenção dos jardins do campus e apenas 2% como ajuda de custo para o RU", denuncia Flávio Montiel, presidente do Diretório Central dos Estudantes da UnB.

Uma comissão do DCE realizou estudos sobre os reajustes implantados a partir de 1979. O aumento começou a ser sentido em 82, quando o MEC assinou a portaria cortando o subsídio de 4 bilhões e 400 milhões de cruzeiros para os restaurantes universitários de todo o país. "Esse corte fez com que a participação do estudante no preço das refeições aumentasse assustadoramente", afirma José Jackson Bacelar, diretor de assuntos estudantis do DCE e representante dos alunos em outra comissão, criada pelo Decanato de Assuntos Comunitários, encarregada de analisar os critérios de carência e estudar uma nova fórmula, a partir da que está em vigor, fornecida pelo MEC.

500%

De acordo com as pesquisas do DCE, entre 1979 e o último reajuste de 1º de julho, o preço da refeição, na UnB, subiu cerca de 500%. Os dados mostram que, no ano de 81, a participação do MEC na subvenção do Bandeirão, dentro do orçamento global da UnB, foi de 2,77%, enquanto que em 82, baixou para 1,2%.

A comissão da DAC, em funcionamento desde maio de 83, tem se reunido constantemente, na busca da fórmula ideal para determinar os critérios de carência, visando o benefício de alunos e funcionários menos

favorecidos. A presidente da comissão é a professora Maria de Jesus Salgado, do Departamento de Ciências Sociais. A assistente social Glaucia Borges Evangelista é a representante da DAC; pela ASFUB está a arquiteta Mary Nozu; e José Jackson pelos estudantes.

FORMULA

Atualmente, os critérios de carência, para os funcionários, são julgados pelo departamento de Pessoal da FUB, com base na fórmula estabelecida pelo MEC: a constante 0,6 (desconto com aluguel ou financiamento de casa própria) — que corresponde a 40% do salário —, isso multiplicado pela renda familiar mensal; dividido pelo valor de referência regional (Cr\$ 17.107,00) e multiplicado pelo número de dependentes do grupo familiar. Os grupos são definidos de acordo com o resultado da fórmula. É importante notar que a fórmula é válida tanto para alunos como para funcionários. De zero a um, ficam os alunos pertencentes ao Grupo I, dos carentes (Cr\$ 90,00); de 1,1 a 1,5, Grupo II (Cr\$ 230,00). No Grupo III ficam os resultados acima de seis (Cr\$ 380,00). Os alunos de pós-graduação pagam Cr\$ 490,00. Os servidores da FUB do Grupo I, pagam Cr\$ 120,00; os do Grupo II, Cr\$ 380,00. Quem está no Grupo III, Cr\$ 600,00; para o Grupo IV e visitantes, o preço é Cr\$ 900,00.

Com o objetivo de debater sobre os preços e a qualidade das refeições, o DCE realizou assembleia na quarta-feira, dia 6 de julho, em frente ao Bandeirão, onde se decidiu, entre outras coisas, "criar uma comissão para fazer um levantamento dos custos totais do RU, com o objetivo de averiguar a aplicação de seus recursos, seus gastos e despesas". A comissão terá um representante do DCE, outro do Conselho de CA's, um membro tirado em assembleia e também um representante da Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil (AMAE). Outro ponto versa sobre "o fim da discriminação contra o aluno de pós-graduação". Pediu-se, também, a "garantia de utilização dos tickets comprados anteriormente, pelo menos até o final do mês de julho; oferecimento de café da manhã no Bandeirão e, melhoria imediata da qualidade da refeição". (Luciene Rosa de Assis)

JORNAL DO DCE

Órgão de divulgação dos estudantes da UnB — Ano I — Nº 1 — Junho 83

EDITORIAL

Este é o primeiro número do Jornal do DCE. Não, da Diretoria, mas o primeiro número do jornal como órgão de divulgação dos estudantes da Universidade de Brasília e sua entidade máxima de representação, o DCE. Logo, para nós, nosso jornal representa:

Primeiramente, acreditamos que o jornal do DCE, além de cumprir um importante papel como veículo de informação junto ao estudante, deve cumprir também duas funções igualmente importantes: divulgação e participação. Deve divulgar o que o jornal, dentro de sua atuação institucional, ao mesmo tempo, precisa divulgar para o estudante, principalmente os estudantes de menor acesso à cultura, educação, etc. Participação porque o jornal, sendo de responsabilidade da nossa entidade, também está aberto aos estudantes na sua construção.

Em segundo lugar, o jornal representa um avanço fundamental na institucionalização da entidade. É fruto de um trabalho realizado no último ano que deu origem ao jornal do DCE. O trabalho realizado no último ano que deu origem ao jornal do DCE foi o trabalho realizado no último ano que deu origem ao jornal do DCE.

Por tudo isto, é que encorajamos com extrema satisfação a todos os estudantes que estejam interessados em trabalhar para o jornal do DCE. O trabalho realizado no último ano que deu origem ao jornal do DCE foi o trabalho realizado no último ano que deu origem ao jornal do DCE.

CONGRESSO POR UMA NOVA UNIVERSIDADE

- Qual é a universidade que queremos?
- Como fazer a universidade voltar-se aos interesses locais?
- Vamos juntos elaborar nossa proposta de reestruturação da universidade

Pág. 4

Colaboração
com o
DCE



A FUB vem aí!

• Vamos reconstruir nossa entidade regional

Pág. 4

• OPINIÃO: Um espaço livre para a sua expressão

Pág. 4

Jornal do DCE: boa idéia que precisa de apoio

Num momento em que o processo da Comunicação no Brasil se dá apenas no sentido de obscurecer os verdadeiros anseios da sociedade, não proporcionando um canal para que ela se expresse, o aparecimento de jornais de comunidade, bairros ou pequenos grupos sociais é extremamente bem-vindo por quem se preocupa em desobstruir os canais comunicativos.

Exatamente uma semana depois que o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, esteve no Departamento de Comunicação da UnB defendendo a organização de estruturas de informação próprias por parte de comunidades específicas, surge um novo veículo de comunicação na Universidade: o Jornal do DCE. Mensalmente, pretende abrir um canal de voz que ocupe toda a UnB e leve as idéias e opiniões daqueles que se dispõem a sentar-se diante da máquina de escrever.

FALTOU COLABORAÇÃO

Para a primeira edição, as dificuldades foram muitas. Segundo Marcelo Barreto (Leitão), diretor de Imprensa do DCE, quase toda a redação foi feita pelos membros da

diretoria, pois poucos foram os que colaboraram. Para solucionar este problema, a comissão do jornal pretende formar um conselho editorial, que ficará responsável pelo texto da página de opinião e pela seleção de matérias para as outras três páginas. Caberá ainda a esse conselho reunir-se periodicamente para avaliar a qualidade do trabalho.

A distribuição do jornal também apresentou dificuldades, pois foram apenas três pessoas encarregadas de levá-lo a todo o campus da Universidade. Para cobrir uma parte dos custos, a diretoria do DCE pede uma colaboração de Cr\$ 50,00. Uma outra parte foi coberta pela veiculação de publicidade de bares e serviços existentes no campus. Assim espera-se poder pagar a edição de 4 mil exemplares.

No dia 17 de agosto, será realizada a primeira reunião do conselho editorial para definir a pauta da segunda edição, que deverá circular no máximo duas semanas depois. Se você quiser participar, compareça à reunião ou entregue sua matéria na sala do DCE no Minhocão. (Marcelo Villares Coelho)

Surge a AMAE, para lutar pelo CO

Na véspera do pleito para se eleger a primeira diretoria de Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil (AMAE) aconteceu uma reunião no Centro de Lazer do bloco "A", onde foram debatidos os programas das duas chapas: "Arrumando a Casa" e "COoperar". Nos dias 29 e 30, os "ceolinos" foram às urnas e elegeram, com 297 votos, o pessoal de "Arrumando a Casa" para a AMAE, até julho do próximo ano. A chapa concorrente obteve 107 indicações; 16 moradores votaram em branco e 8 votos foram anulados. A apuração, que começou após a zero hora do dia 1º, contou com a presença do presidente da Federação das Associações de Moradores do Distrito Federal e região Geoeconômica, Carlos Humberto Farias.

PROPOSTAS

"Criar a Associação foi um sonho que começou a se solidificar quando fizemos a campanha do café da manhã, no ano passado. Agora, a eleição da diretoria vai permitir, entre outras coisas, a abertura da Cantina", diz Cláudio Rúbia, diretor de Assuntos Culturais. No programa de sua diretoria consta "fazer um mapeamento artístico entre os moradores, formar um grupo de teatro, organizar shows e sessões de cinema".

Durante a campanha, os blocos tiveram suas paredes forradas com faixas e cartazes, revivendo o clima de novembro de 82. As chapas defenderam propostas idênticas, como "promover maior entrosamento entre os moradores". A chapa eleita propôs, ainda, participação mais efetiva nas decisões da Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC), na avaliação dos critérios sobre quem pode ou não pagar taxa de moradia e reverter o montante arrecadado em benefício do próprio Alojamento. A diretoria pretende intervir, também, na forma de avaliação das bolsas de alimentação e de trabalho.

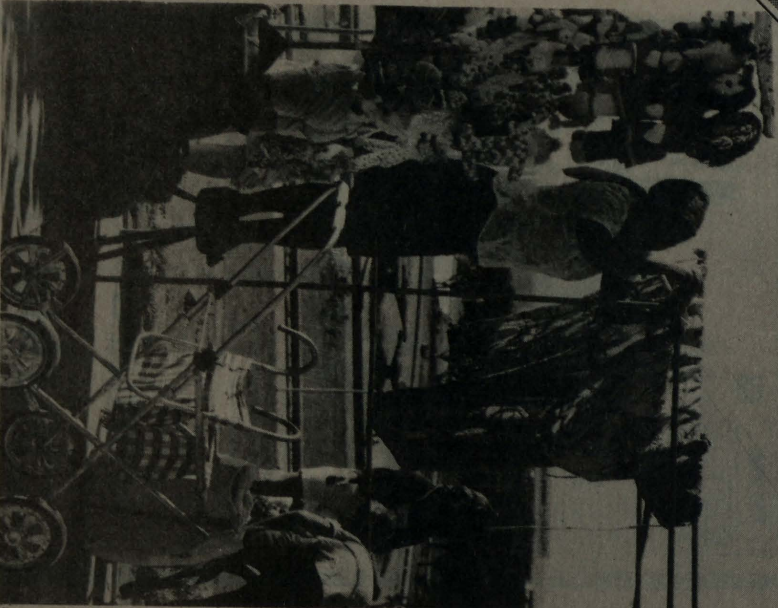
FUNÇÕES

Para coordenar a arrumação da casa, foi eleito presidente Nelson Augusto Formaggio, o "Queijo", que também preside o Centro Acadêmico de Biologia. O vice-presidente é Luiz Carlos, o "Mineiro", aluno de Administração. A diretoria se compõe, ainda, de dois secretários, dois tesoureiros e mais seis diretorias com suplências, que dividem as tarefas de Divulgação e Imprensa; Assuntos Culturais; Promoções Sociais; Assuntos Comunitários; Esportes e Saúde.

A AMAE já teve sua primeira reunião deliberativa, de onde saiu um documento, encaminhado à Reitoria, formalizando a criação da Associação e requisitando material básico para seu funcionamento, com sede provisória no Centro de Lazer. Sobre a Cantina, Cláudio afirma que "será aberta a partir da 1ª quinzena de setembro. O local foi limpo e o atendimento no balcão será feito pelos próprios moradores, pagos com bolsas de trabalho". (Luciene Rosa de Assis)

Feira
da

TORRE

Reportagem de
William Santiago

Fotos de Marcia Suyene

Com a crise, nem só de "alternativos" e "malucos" vive a Feira da Torre: famílias inteiras passam a buscar ali a complementação da renda familiar.

Artesanato independente: sonho acabou

O "Bode" apareceu na feira de artesanato da Torre de TV em um fim de semana do inverno de 74, vindo de S. Salvador a caminho do Sul. Ajeitou seus "tramosos" num pedaço de pano no chão, assentou-se, afixou o violão e começou a cantar. Naquele tempo era possível transportar mercadorias sem alvará, a exigência de carteira de artesão não era tão rígida e os lugares no cimento gelado de junho eram delimitados a olho, sem muita concorrência. Seu rabicho à Daniel Boone, o violão e as inúmeras estórias de suas andanças pela América do Sul atraíram sempre público. Tinha um sítio no norte da Argentina, junto com outros "malucos", onde criavam cabras e plantavam sem quimica.

O "Bode" era apenas o mais excêntrico dos inúmeros tipos que buscavam uma vida alternativa e que tinham no artesanato sua fonte de sobrevivência. Hoje, as coisas são um pouco diferentes. O ideal do artesão independente, à margem do mercado de consumo, vendendo o acessório e o supêrfluo para a burguesia, sem assumir maiores compromissos com o sistema, está agonizando. Uma amostra disto pode ser colhida na Torre. Grande parte dos expositores tem outro emprego e apenas buscam uma complementação da renda familiar, na luta para manter o padrão de vida ameaçado pelos expurgos e desindexações de plantão. Ideais de vida alternativa, por outro lado, tampouco povoam as conveções entre os artesãos e nem há tanta referência a exóticas seitas orientais, como era comum entre eles.

CONTRACULTURA?

Muitos dos entrevistados nem sequer aceitaram o rótulo de "hippies", embora "preenchessem os requisitos" e um deles — que não quis dizer o nome — afirmou mesmo que o "ripe nunca existiu, foi inventado pelo sistema". O sistema pode não ter inventado o movimento "hippie", mas que o encampou e dirigiu de acordo com

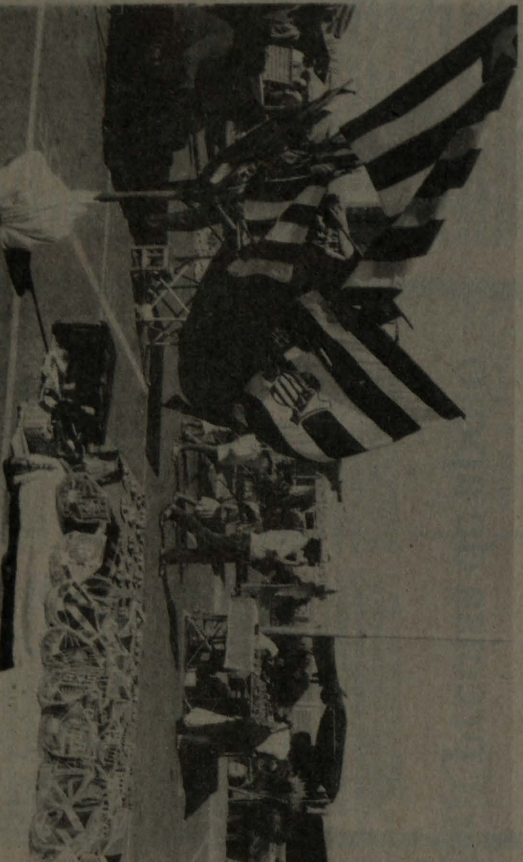
seus interesses, não há dúvida nenhuma. O que era contra-cultura acabou sendo absorvido e encampado. O artesanato, que era a saída da maioria para sobreviver sem pagar o alto preço de viver engabelado num estéril critério, ministério ou faculdade, parece estar seguindo o mesmo caminho, pelo que se pode observar na Torre de TV atualmente.

"INDUSTRIANATO"

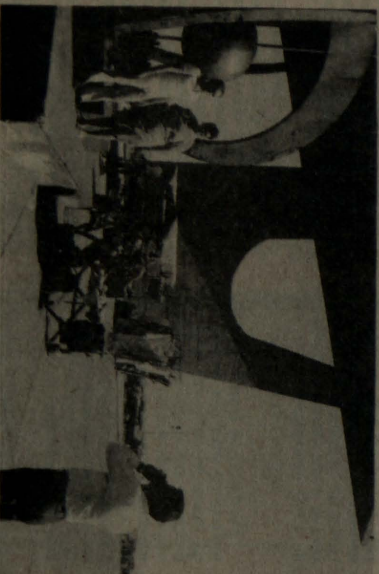
No DF, já existem sete associações de artesãos e inclusive uma Federação das Associações de Artesãos. Do próprio Governo, em momento de crise de emprego, partem providências visando estimular o "artesanato", com a verba de Cr\$9.360.000,00 dada à Federação este ano, para ser distribuída entre as associações. "Artesanato é um meio de complementar a renda familiar", afirma o presidente da Federação. Marco Antônio da Fontoura, militar reformado e que tem na Torre um ponto de venda junto com a esposa. Dentro de todo o este contexto, onde o "industrialnato" — neologismo criado para designar o produto feito à máquina ou com material industrializado — é uma presença cada vez mais constante nas barracas e pontos da Feira, o arlessão radical vai ficando cada vez mais isolado.

"As associações não fazem nenhum benefício social", explode o argentino Henrique Selocia, que sustenta mulher e três filhos com as suas vendas na Torre e sugere que se façam duas feiras, "uma para nós e outra para o pessoal do industrialnato". Orgulhoso da pureza e qualidade do seu trabalho, parece estar à margem de uma feira onde já existem até planos de crédito, ambigão de lucro e racionalização do trabalho. Já à margem como estaria o quixotesco "Bode" e outros "malucos" daqueles tempos, que faziam artesanato apenas para sobreviver. O resto era cantar e curtir. (William Santiago)

Como um sinal dos tempos, a indústria vai aos poucos invadindo a feira



Ponto turístico, de encontro e de comércio, uma foto da Torre é obrigação de qualquer turista



Enquanto o freguês não aparece e o sol arde, a sombra das almofadas convida para uma esticada



Protesto das Estatais

Bancários querem a Democracia no Brasil

Reportagem de Eugênia Maria

"O significado das cores da bandeira nacional já não é o mesmo. O amarelo que brilhava de ouro, agora é pálido de fome. O verde que era das matas transformou-se no tom da raiva". É assim que está sendo lida a tarja verde-amarela usada por funcionários do Banco do Brasil. Para eles, a atual mobilização da categoria representa a exposição do estado de arrocho e de orgulho ferido a que são levados pelos sucessivos pacotes impostos pelo Governo.

Da manifestação inicial, dos 3.000 na Agência Central no Banco do Brasil, passando por concentrações frustradas, passeatas na Praça do Povo, "o governo recuou, transformando o pacote em pacotinho". Mas mesmo assim o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília continua em estado de alerta, como explica Augusto Silveira de Carvalho, seu presidente: "Continuaremos em estado de mobilização. Não descartamos a possibilidade de greve, pois o pacote não está suficientemente claro. Nosso caminho agora é fazer um trabalho de conscientização junto às bases".

QUESTÃO POLITICA

A tarefa agora é mais árdua. Nesta etapa revela-se mais nitidamente a questão política que o movimento do Sindicato dos Bancários traz em si. Agora vai-se tentar manter os associados acordados, lembrando que o perigo continua, posto que as causas não foram eliminadas. É o que explica Augusto: "Trata-se de uma movimentação levada pela conjuntura econômica do Brasil, que não está desligada da profunda crise causada por uma minoria privilegiada que comercia com o capital internacional, submetendo o país ao FMI, forçando a manipulação dos salários, tentando desmantelar o mais importante setor nacional que é o das estatais".

No momento em que os metalúrgicos de Santo André e São Bernardo param, em que os Sindicatos dos Petroleiros de Paulínea e da Bahia sofrem intervenção, em que a inflação chega a taxa de 127%, é que o verde raiva aumenta de tonalidade, refletindo os mesmos males por que passa o país, já apontados por alguns setores da sociedade, mas sem solução até o momento: "Queremos que o governo reconsidere sua posição ao ter formulado um modelo antioperário, antinacional, entreguista. Estamos contra a recessão e o desemprego, pela estabilidade do trabalho, contra a política de favorecimento do capital financeiro", dizem os funcionários.

SOLUÇÃO NACIONAL

A importância do movimento das estatais fica mais evidente, quando se reconhece que são manifestações deste quilate que forçarão uma solução nacional mais justa e de benefícios para o povo. "Não existe arrocho sem pressão da classe organizada. A resposta é a greve, que é justa. A tendência é a paralisação geral", constata Maria José da Conceição, presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília.

O Sindicato dos Bancários prefere por enquanto, trocar o "Nós paramos o Brasil" por bandeiras de longo prazo e maior alcance: "O Governo deve romper com o capital internacional, renegociar a dívida externa em bloco com as outras nações, forçar a alteração da ordem econômica mundial. Enfim, queremos a Democracia no Brasil com todas as letras", afirma Augusto. (Eugênia Maria)



Wilson de Moraes

Ato publico marcou protesto contra o desmantelamento das estatais e defendeu a soberania nacional ameaçada pelo FMI



Wilson de Moraes

No BB, polícia vigia o pacote



Wilson de Moraes

Na Praça, bancários alertas

Brasília ocupa seu espaço

Silêncio: Brasília está desperdiçando. Após um longo sono, acordou renovada e dá os primeiros passos para ocupar seu espaço no cenário nacional. Assim é que já não aceita as decisões tomadas a seu respeito, sem prévia consulta. "Tem que haver manifestação, tem que se brigar. Se ficar parado, passivo nada se resolve. É o povo que está reivindicando". E o afirma uma funcionária do Banco do Brasil, que prefere não se identificar, a respeito da mobilização das estatais contra o "pacote governamental".

Mas até chegar ao "pacote" que acabou sendo "um pacotinho", outras manifestações existiram. O movimento espontâneo de "donas-de-casa" na Superquadra Norte 315 conseguiu sustar a construção de um posto de gasolina naquele local. Após o despejo e depois da mobilização que sensibilizou parlamentares e estudantes, os moradores do Areal conseguiram um local para morar. Cerca de mil moradores da Celândia Norte transformaram o que seria uma homenagem ao governador José Ornella e ao ministro Mário Andreazza, com

palanque armado na praça da Administração, em passeata a favor do lote próprio.

AMADURECIMENTO

Mas alguns destes movimentos, em termos práticos, nem sempre conseguiram os resultados almejados. Como é o caso dos 309 mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, que tiveram negado o mandato de segurança, visando sustar o reajuste de 130% nas prestações da casa própria. Mas deve-se considerar que estes movimentos são importantes por serem frutos de um amadurecimento da população, através da reflexão crítica sobre os rumos que toma a sociedade para neles influir.

A inscrição de 1.000 novos associados é para o Sindicato dos Bancários consequência deste anseio de um canal de reivindicação. Mas nem todos podem recorrer ao sindicato, ou estão suficientemente organizados para se fazerem ouvir sobre uma situação que lhes afeta. E neste quadro está a Caixa Econômica Federal, por exemplo. Enquanto no Banco do Brasil, 3.000 funcionários

reuniam-se na sua Agência Central para protestar contra o pacote, os da Caixa esperavam "para ver no que dava".

FALTA DE LIDERANÇA

Geralmente a acusação feita para esta não participação é satisfação com a atual condição ou simplesmente medo. O que é rebatido com o argumento da ausência de iniciativas. Como afirma Jorge Luis Quinteiros de Farias, funcionário da Caixa Econômica: "Não é o medo de perder o emprego. É falta de liderança, de um começo". A satisfação com o emprego, para os servidores das estatais, não alcança níveis tão elevados que o induza à passividade, prossegue Jorge. "Não temos outra saída, tem que tentar melhorar a situação, que é muito difícil".

Do movimento das donas-de-casa ao protesto das estatais, Brasília vai se organizando. E não poderia ser diferente, já que a situação delicada do país afeta a todos e a consequência é uma só: "Os trabalhadores estão unidos por melhores condições de trabalho", afirma Jorge. (Eugênia Maria)

Um pacote que virou pacotinho

Conhecido como o pacote contra as "mordomias" das estatais, o Decreto-Lei 2036, em parte mais suavizado do que se propagou no início, devido à mobilização de funcionários em Brasília em todo o país — o ato dos 50 mil no Rio foi um exemplo — elimina direitos adquiridos por esses trabalhadores ao longo dos anos.

De acordo com o decreto, a política salarial dos servidores fica sujeita ao crivo do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), o que limita a atuação dos Sindicatos. Reza o artigo 22: "Compete ao CNPS a aprovação e adequação dos planos de cargos e salários aos dispositivos deste decreto-lei bem como dos planos de benefícios e vantagens do pessoal de cada órgão ou entidade sob sua supervisão".

Se o problema de habitação no Brasil já é complicado, ficará mais ainda depois da aplicação do 2º parágrafo do artigo 13: "As entidades estatais deverão no prazo de um ano, promover a alienação dos imóveis de sua propriedade ocupados por seus servidores ou empregados, assegurando a estes — observados os valores de mercado — direito de preferência e apenas em favor de servidores ou empregados que não forem nem tiverem sido, nos últimos cinco anos, proprietários, promitentes-compradores,cessionários de direito de compra de outro imóvel residencial na mesma localidade".

O Decreto-lei, enfim, estabelece que as estatais no prazo de 90 dias deverão adaptar-se aos estatutos, regimentos e regulamentos à disposição dele. (Eugênia Maria)

INFÂNCIA

Outra questão social tratada

«Não se pode tratar um problema social como se fosse um caso de polícia». A afirmação é da professora Maria de Jesus Salgado, do Departamento de Serviço Social da UnB. Segundo a professora, o Estado reconhece a gravidade da questão mas não a resolve, pois as políticas que estabelece são sobretudo paliativas. «E a política de exclusão», que afasta o menor da sociedade, aplicando-lhe um tratamento punitivo que só agrava o problema.

Para Maria de Jesus, a causa maior do abandono dessas crianças é «a desagregação familiar com que convivem desde cedo». Uma vez que suas comunidades estão excluídas do sistema de distribuição de renda, a carência econômica torna-se ponto de partida para a subnutrição, a ignorância e a agressividade. «A estratégia de sobrevivência para eles passa a ser então o subemprego ou a marginalidade».

Maria de Jesus discorda das declarações dadas ao Fantástico no último dia 3 pelo Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para quem o problema seria essencialmente causado pela «paternidade irresponsável» e pelo «número excessivo de filhos que as famílias de baixa renda têm». Para a professora, a família dividirá sua situação de pobreza com oito, cinco ou apenas um filho.

A solução definitiva estaria «numa mudança radical do sistema de distribuição de renda» — idéia que não parece ter o necessário respaldo das autoridades econômicas brasileiras. «Em meio desta enorme crise social e econômica que estamos vivendo, a tendência é o agravamento da situação». O menor, depois de adulto, tende a reproduzir os valores que viveu na infância.

Maria de Jesus aponta ainda as dificuldades que os assistentes sociais encontram na realização de seu trabalho nas instituições de amparo à criança carente. Se um menor esta sob orientação de um e fuge, ele sofrerá punições administrativas. Além disso, pouco se pode fazer por um adolescente atrás dos muros de «uma verdadeira escola para a criminalidade».

Fora destas instituições os menores tendem a ter um comportamento que repete as condições que encontraram lá dentro. Só andam em grupos, «têm estrutura organizada de distribuição de pontos» e só recebem outras crianças no grupo quando indicadas por pessoas de sua confiança. Moram nos setores mais pobres da periferia e descem para as cidades durante o dia, onde têm como arranjar dinheiro.



Fotos Marcia Suyne

«Menor trabalhador». Sem perspectivas para o futuro e com carências imediatas de assistência e educação.

Trabalho e exploração

Eles são 35 milhões no Brasil, 240 mil em Brasília. A história de cada um é a história de todos. As mesmas carências, as mesmas dificuldades, o mesmo abandono. São crianças estigmatizadas pela pobreza e pela agressividade com que vêem o mundo. São engraxates, lavadores de carros, vigias de estacionamento, prostitutas. Só andam em grupos e quase sempre têm de pagar a algum adulto pelo direito de usar os «pontos de trabalho».

É o caso de Luiz da Silva Monte, 15 anos, que vigia os carros no estacionamento do Jumbo da 516 sul. Fatura por dia, em média, 2 mil cruzeiros. O «ponto» é de um tal Dadá, que cobra sete mil cruzeiros pelo período de 3 semanas, exceto os sábados, que custam 2 mil cruzeiros. Do «dono» do estacionamento, ele só sabe que é baixinho e aparece lá aos sábados para recolher o dinheiro.

Luiz já o denunciou uma vez e Dadá foi para a delegacia, de onde voltou dias depois, como se nada tivesse acontecido. O garoto não tem reclamações, acha que está bem. O pai paga a Dadá e o que ele fatura leva para casa, «para ajudar» nas despesas.

OUTRAS HISTÓRIAS

Gilson Lopes de Souza, 12 anos. Engraxate na rodoviária. Tem cinco irmãos e mora no setor P de Ceilândia, local que ostenta os maiores índices de criminalidade no Distrito Federal. É o «Caldeirão dos Diabos». Ganha por dia 1 mil e quinhentos cruzeiros, cobrando 100 de cada cliente. As cinco horas ele vai para casa, porque «o juizado não deixa ficar depois das oito da noite». Às vezes passa da hora e ele fica «por aqui mesmo», dormindo em algum canto.

Edson Arantes dos Santos, 23 anos.

Desde a infância (saiu de casa com 12 anos) frequenta as instituições oficiais. Já fez vários cursos profissionalizantes mas não consegue «parar no emprego». Já foi vigia na livraria Eldorado na 309 Sul, mas não resistiu e furtou alguns livros. Vive viajando, tentando conseguir dinheiro. «A gente fica marcado», ninguém quer compromisso com quem já foi ladrão e «de vez em quando cheira uma cola», porque senão, ninguém segura esse rojão.

São 240 mil histórias parecidas. As crianças ficam por aí, vítimas da exploração de marginais que contam com a omissão das autoridades policiais. Estas fazem vista grossa ao problema, que tende a aumentar a cada dia. Eles crescem, tornam-se adultos e aí o caso complica. Não são mais crianças, são homens e mulheres que só sabem fazer o que aprenderam na infância. Roubar, matar, cheirar cola, prostituir-se.

A POBREZA

ada como caso de polícia

Texto e fotos
de Ilara Viotti

Instituições
oficiais não
atendem à maioria

A FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) é o órgão do governo que centraliza todas as decisões e diretrizes no que diz respeito à política do "menor carente" no país. Em Brasília, ela age por convênios firmados com a FSS (Fundação do Serviço Social) e o Juizado de Menores, que emprestam pessoal e assistência jurídico-administrativa aos programas FUNABEM de assistência e recuperação do menor.

Esses projetos pretendem atender o menor carente de 0 a 18 anos, projetos que promovem sobretudo atividades ocupacionais e de complementação educacional e alimentar. Na faixa de 0 a 7 anos, o Programa de Assistência ao Pré-Escolar Carente oferece às crianças, creches institucionais ou domiciliares, sistema pelo qual as "mães crecheiras" recebem cerca de 5 mil cruzeiros mensais.

Entre 7 e 18 anos, as crianças em horário extra-escolar são enviadas para os CEBEMs (Centros de Bem-Estar do Menor), que diariamente promovem atividades de lazer e complementação alimentar. O projeto, financiado pela FUNABEM, "pretende reduzir a exposição do menor à influência negativa das ruas", segundo Jesse Vitale Hellmeister, da Assessoria Executiva da FSS.

Há também um Programa de Colocação do Menor no Mercado de Trabalho, que "procura dar oportunidade de trabalho objetivando a independência do menor", evitando que ele se marginalize da sociedade. São poucas as empresas que aceitam como funcionários algum menor que já tenha tido passagens pelas instituições oficiais. Em Brasília, apenas o DIN (Departamento de Imprensa Nacional) os tem aceitado.

PROBLEMA COMPLEXO

Estes são programas que atendem apenas uma pequena parcela dos 240 mil menores carentes do DF. O Juizado de Menores, segundo a Diretora de Apoio Administrativo, a psicóloga Sandra Rodrigues Ferreira, vê o problema como "complexo" e "na medida do possível é feita a recuperação desses menores".

"A medida do possível" é, sem dúvida, bastante curta. O que se vê, a cada dia, é o agravamento do problema. Das ruas às delegacias e daí ao Juizado e às instituições oficiais de "tratamento", o caminho é trilhado rapidamente, com lições nada edificantes para quem passa por ele. Não adianta assistir o menor se a origem dos seus problemas continua sendo sua realidade mais cotidiana.

Não cabe duvidar da intenção destes programas. Eles são executados, no mais das vezes, em regime de urgência. Os resultados práticos — esses sim — devem ser urgentemente revistos e analisados, sob risco da situação se tornar tão caótica que não se possa mais controlá-la. O caráter paliativo das ações oficiais precisa ser modificado. Rápido.



O CETRAM, em sua aparência de escola, não prepara a criança para o retorno à sociedade

CETRAM: uma escola que não é modelo

Logo na entrada do Gama, passando pela fábrica da Skol, uma estrada meio esburacada leva ao CETRAM (Centro de Orientação e Tratamento de Menores). São cinco prédios, circundados por alguma área verde, que abrigam em média 200 menores (tem capacidade para 240), crianças e adolescentes de ambos os sexos.

A primeira vista, o conjunto lembra uma escola. No asfalto, logo depois do portão principal, algumas quadras de esportes estão desenhadas no chão; nos corredores, entre os prédios, bastante gente andando: é dia de visita. De longe vem a algazarra do jogo de vôlei das meninas.

Há, porém, diferenças entre uma escola comum e o CETRAM. Todos os alunos, crianças e adolescentes, estão aqui por já terem praticado algum crime: pequenos furtos, assaltos e assassinatos fazem parte da história destes jovens. Alguns estão lá por terem problemas mentais. A mesma história. Carência, desagregação familiar, drogas, prostituição. Jovens? Alguns têm apenas 11, 12 anos, são crianças mesmo.

DIFERENÇAS

O que os distingue na escola, são, a princípio, os uniformes. Vestem *shorts* e camisetinhas com números, colocados discretamente no peito. Fora isso, apenas uma diferença no olhar ansioso, um pouco agressivo. Um grupo de meninos me cerca, querem olhar pela lente da máquina e pedem para ser fotografados. Os maiores jogam futebol, indiferentes ao que se passa fora do campo. Os mosquitos, que vêm do córrego que passa atrás da fábrica da Skol, não parecem incomodar as crianças.

Passo à ala feminina, "mais caprichada", segundo o encarregado da disciplina e diretor interino, Renato Cavalcanti Cysne. No pavilhão de atividades domésticas, uma exposição de trabalhos manuais feitos pelos internos. Almofadas de crochê, cadeiras e estofados em couro, vestidinhos. Pelas pa-

redes, cartolinas com pensamentos e frases românticas. Por fora nas paredes, as pichações. "Eu cai na FUNABEM — Isaura". "Rita e Mauro se ama". Uma escola comum?

Diana, uma interna, mostra uma almofada que fez, com as cores do Flamengo. Tem 13 anos e um rosto meigo. Fica o tempo todo de braço dado com a monitora e acompanha minhas ações interessada. Tento puxar conversa. Nada. Não é permitido, só com ordem judicial. Vamos visitar os quartos das meninas.

VISITA

Há quartos coletivos e individuais, estes últimos para as internas de bom comportamento. Nos coletivos há cerca de dez beliches. Nos individuais "onde elas ficam completamente livres"; improvisam-se cor-

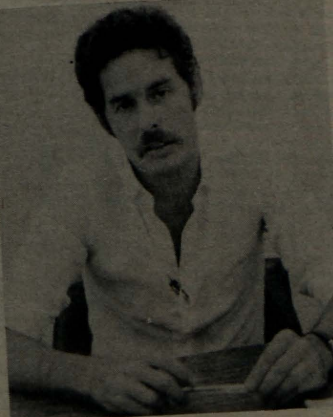
timas almofadas e há pilhas de fotonovelas. No hall vizinho aos quartos três jovens assistem preguiçosamente uma velha televisão. A minha presença, a máquina fotográfica que trago, parece deixá-las pouco à vontade.

No corredor seguinte fica a área de "isolamento disciplinar", desocupada naquele momento. São pequenos cubículos com um pequeno respiradouro e nenhum móvel, nem mesmo vaso sanitário. O diretor explica que "o isolamento não é mais usado como há uns três anos atrás", quando "havia mais problemas". Eles só vão para o isolamento quando têm um "comportamento anti-social".

Em seguida há a área de "isolamento médico". Invariavelmente os internos que chegam passam alguns dias lá, pois quase sempre "chegam aqui com doenças venéreas, piolhos, doenças de pele". "Há apenas uma moça lá, que pergunta se eu não tenho 'medo de pegar sarna'". O jeito irônico da voz, a agressividade dos gestos, tudo lembra uma pessoa adulta, não combina nada com o rosto de menina.

O que se pode fazer para melhorar a situação dessas crianças? Na opinião de Roberto Cysne, as dificuldades são inúmeras e o "preconceito que os internos sofrem lá fora, depois de liberados", quase sempre os traz de volta. Além disso, é difícil colocá-los no mercado de trabalho, pois isso exigiria da comunidade a aceitação desses menores, o que raramente ocorre.

O sistema é falho, faltam recursos financeiros para tocar um programa que deveria solucionar problemas que são tão antigos quanto a própria história das cidades. As crianças são ao mesmo tempo, vítimas e vilões, pois o que aprendem nas ruas são lições de violência e revolta. O CETRAM, como as outras instituições, pratica uma política falha e pouco eficiente, o que, ao invés de ajudar, só prejudica a reintegração do menor à sociedade.



Renato: há muitas dificuldades

BRASILÁFRICA

Comércio sem cor ou neocolonialismo?

Dar voz aos países do Terceiro Mundo. Terceiro Mundo, países pobres, países do sul, seja lá como se chamam ou são chamados essa esmagada maioria de nações que atravessam fortes problemas econômicos e sociais sem conseguirem dar aos seus povos a garantia dos mais elementares direitos humanos. Espoliados pelos mais poderosos cartéis do mundo, esses países não têm tido espaço sequer nos meios de comunicação de massa, geralmente nas mãos de quem já tem o poder econômico. Abrindo o pequeno espaço do **Campus**, demos prioridades a esses países, tentando colocar em discussão os problemas dos que, de alguma forma, estavam mais intimamente ligados ao Brasil.

Por outro lado, damos sequência ao trabalho desenvolvido no semestre passado, quando na última edição o tema foi a política externa brasileira, procurando conhecer seus pontos-de-vista mais amplos: Itamaraty, Bernardo Pericás. Quisemos repetir o mesmo fecho, porém de maneira mais crítica, numa sequência de aperfeiçoamento do jornal. Na última edição deste semestre, o tema central da editoria internacional é a política desenvolvida pelo Brasil em relação à África. Aproveitando inclusive as fontes de informação locais, além das nacionais como o Itamaraty e o Deputado Abdias Nascimento do PDT-RJ.

No início do mês de junho, os países africanos, 27 dos 51 ligados à OUA, tentaram se reunir no dia 6 para sua 19ª Conferência. As divergências sobre participação da República Democrática Árabe do Saara forçou o adiamento por duas vezes, começando então no dia 8. E as declarações foram explosivas: o Secretário-Geral da OUA conclamou seus irmãos africanos a uma "nuclearização", a fazerem suas bombas atômicas, como uma forma de se equipararem em poderio militar ao seu inimigo comum, a África do Sul, que já tem suas usinas atômicas. Queixou-se da falta de união entre os países e foi duramente criticado pelo ex-Secretário-Geral da OUA, o presidente do Quênia, Daniel Arap Moi. Este acusava a admissão da República do Saara Ocidental de ter sido feita de forma unilateral, sem a aprovação dos países-membros.

Por esses e outros problemas, a OUA — Organização da Unidade Africana — reflete um continente que ainda busca sua unidade política frente aos seus problemas comuns, com adversários comuns. O Campus esforçou-se então, no sentido de procurar mostrar como o Brasil, nesse leque de influências sobre o continente, se comportou e se comporta em suas relações diplomáticas, comerciais e culturais com a África. (James Allen, editor de Internacional)



A editoria internacional do Campus, nesta edição, instituiu num ponto que julgou ser de vital importância para melhor compreensão do relacionamento do Brasil com a África, ou seja a questão do Brasil estar servindo de "cabeça de ponte" entre o mundo industrializado e o continente africano. O deputado Abdias Nascimento (PDT-RJ) foi quem primeiro confirmou esse ponto, porém, devido ao fato de não discretos, por ele próprio de dados mais concretos, não ousou aprofundar-se no problema. No debate com os membros do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) e no contato que mantivemos no Itamaraty, essa hipótese foi veementemente descartada. Procuraremos, a seguir, expor um e outro pontos de vista e a argumentação que nos levou a concordar com o deputado Abdias Nascimento.

Quando levantamos o assunto, em conversa que mantivemos no Itamaraty, nossa fonte insistiu no fato dos lucros das operações comerciais com a África perma-

O Brasil não se propõe a exercer imperialismo em relação aos países da África, mesmo porque para isso ele precisaria ter uma penetração econômica muito grande no continente, o que não ocorre. O país não tem a força de uma potência e essa hipótese de imperialismo que muitos costumam levantar é completamente desprovida de veracidade. Está é, segundo disse ao *Campus* uma alta fonte do Itamaraty, a posição brasileira quanto à sua política na África.

Além de desmentir a possibilidade de imperialismo, a mesma fonte negou a afirmação de que o Brasil estaria sendo usado como "cabeca de ponte" dos países do Primeiro Mundo. Segundo este argumento, o Brasil possibilitaria a penetração indireta desses países no continente africano, através de multinacionais, por exemplo. O que ocorre na realidade, explica, é que a África já possui uma identidade muito grande com o Brasil, em vários níveis: cultural, pela grande influência do negro em nossa formação; climático, por habitarmos áreas tropicais; e até mesmo histórico, já que nós também somos ex-colônia. Assim, em muitos casos, é bem mais proveitoso recorrer à ajuda do Brasil, que já possui tecnologia adaptada a essa realidade comum. O que não ocorre com os países do Primeiro Mundo, que têm experiências completamente dispare.

A África ainda é uma das prioridades na política externa brasileira. Não apenas pelas identificações que temos com ela, mas também porque é nossa vizinha. E há na diplomacia nacional, o desejo de estabelecer e manter boas relações diplomáticas com os países próximos e não apenas com os desenvolvidos com os quais temos relações comerciais. Para nós, explica a fonte do Itamaraty, não interessa a esquerda ou direita, e sim o continente africano como um todo.

ÁFRICA DO SUL

De todas as questões emergentes que a África ainda tem para solucionar, uma parece chamar mais a

atenção da opinião pública mundial: o **apartheid**. Trata-se de medidas de violenta segregação racial adotadas pelo governo da África do Sul, objetivando manter os privilégios políticos e econômicos da minoria branca que dirige o país.

O Brasil se manifesta contrário à política do apartheid. Não vende armamento de qualquer espécie à África do Sul e não mantém com ela intercâmbio cultural. É bem verdade que existe ali uma embaixada brasileira, esclarece a fonte do Itamaraty, mas isso não é recente e ela não é encabeçada por um embaixador, mas por um encarregado de negócios. O nível das relações diplomáticas é mantido propositalmente mais baixo. Além disso, existe um intercâmbio comercial Brasil-África do Sul, mas este também não é recente. Não se pode ignorar este país que, principalmente dentro da África, é uma potência da qual dependem as economias de muitos outros países menores.

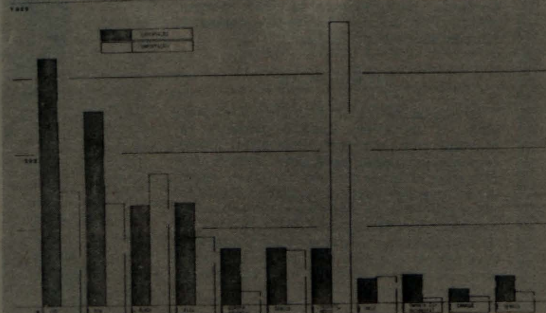
Apesar do repúdio brasileiro ao apartheid, o governo só adotará sanções mais específicas em relação à África do Sul se as Nações Unidas assim decidirem.

A questão da Namíbia é outro ponto de discordância entre o Brasil e a África do Sul. Este território, outrora conhecido como África do Sudoeste, foi posto sob a administração sul-africana pela Liga das Nações. Quando, em 1945, foi estabelecido o sistema de administração da ONU, a África do Sul recusou-se a devolvê-lo e até hoje o mantém como colônia. O Brasil, assim como a ONU, reconhece a representatividade da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), organização guerrilheira negra, ajudada por Angola, que luta pela independência da Namíbia. A SWAPO atua dentro do território namibio com certa tolerância e repressão por parte dos colonizadores e externamente, através de guerrilhas.

Em síntese, a postura oficial brasileira é de apoio aos novos Estados africanos e às colônias que ainda não conquistaram sua autonomia. (Sandra Fernandes)

Brasil, "cabeça-de-ponte"

BALANCA COMERCIAL 1983
Principais Blocos Econômicos
US\$ milhões 100



África: um comprador sem muita representatividade

ÁFRICA: o comprador sem fronteiras transações internacionais por filiais de empresas estrangeiras em nosso país é facilmente repassado as suas respectivas matrizes. Além disso, a tecnologia adaptada às condições brasileiras encontra, no continente africano, condições semelhantes. Com isso é mais

racional exportar nossa tecnologia, a enviar produtos das matrizes, que ainda estariam sujeitos a adaptações.

Já os membros do CEAB, durante o debate insistiram em considerar o Brasil isoladamente. O argumento do grupo, de que o Brasil não tem condições de exercer o papel de cabeça-de-ponte, foi a falta de crédito econômico do país. Na realidade, a falta de crédito aliada à crise econômico-financeira tornam o país vulnerável a qualquer exigência dos credores internacionais que são, em última instância, os países industrializados.

A cooperação do Brasil com a África no campo tecnológico reflete as contradições do próprio modelo econômico adotado. Reflete, a nível de relações internacionais, os problemas estruturais de que é vítima. Montou um parque baseado na iniciativa estrangeira e numa forte dependência de recursos externos. Seu relacionamento com os países africanos não poderia escapar a essas deformidades. (Humberto Martins)

A questão indígena

Chega de promessas. Agora é hora de ação

Já se tornou comum ver estampado nas primeiras páginas dos grandes jornais, matérias sobre os índios. Só que de uns tempos para cá, os títulos mudaram consideravelmente, e o índio passou de sujeito passivo para sujeito ativo da ação. No começo, apenas o cacique Mário Juruna, hoje deputado federal, chamava a atenção pelo seu jeito diferente de cobrar as promessas, sempre com o gravador ao lado. Agora, a maioria dos caciques acorrem a Brasília na tentativa de verem seus problemas resolvidos, mas, as soluções não têm aparecido. Cançados das negativas, os índios passaram a não mais pedir e sim, a exigir, como, por exemplo, no recente episódio na sede da Funai. Quando os índios invadiram o local, se apoderaram de documentos e salas, num movimento que culminou com a demissão do presidente do órgão, coronel Paulo Leal. Essa última semana, foi repleta de acontecimentos importantes, que podem levar o governo a repensar toda a sua política indigenista e que tem levado esta raça a uma gradual extinção. O Campus aproveitou a ocasião para fazer uma grande reportagem sobre a questão indígena, depois de ouvir alguns dos principais caciques presentes a Brasília e de presenciar o caso Funai. Ouvimos, também, o antropólogo Roque Laraia, professor da UnB. (James Gama — Editor de Nacional)

Mudanças na direção não solucionam crise

Sexta-Feira, 1º de julho. "O Juruna ainda está conversando com o coronel?", pergunta o repórter ao agente de portaria da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior. "Está", respondeu o funcionário. Segunda-feira, 4 de julho, o deputado índio encontra-se em sua tribo no Xingu, enquanto na sede da Funai, Paulo Leal reúne seus assessores para comunicar sua decisão irrevogável de exonerar-se.

O estopim para a queda do coronel Paulo Leal foi a invasão da sede da Funai, dez dias antes da exoneração. Depois de controlada esta situação, o deputado Juruna intensificou sua "peregrinação diária" ao Minter. Segundo a imprensa, ele chegou a "exigir do ministro a demissão dos coronéis Paulo Leal, Zanoni Hausen, Roberto Guarany, José Carlos Corrêa e Anael Lemos Gonçalves, sobre quem pesavam acusações das mais diversas, desde o "aliciamento" dos índios para a queda de caciques até a "assassinatos e inimigos dos índios".

O cacique Txucarramãe, Raoni, lamentou o afastamento do coronel Leal e criticou a atitude de Mário Juruna, taxando de "coisa ruim o que Juruna fez". Além dele, seis outros caciques levaram sua solidariedade ao presidente afastado. Raoni disse ainda, "sai os coronel bom e fica os ruim".

O novo presidente, empossado no dia seguinte ao da exoneração, é o economista Otávio Ferreira Lima que antes ocupava o cargo de Diretor Administrativo do Minter. Sua nomeação desagradou a maioria das entidades que defendem os índios. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário), por exemplo, considera Otávio Lima "um civil teleguiado pelos coronéis" e a Comissão Pró-Índio de São Paulo, vê na substituição dos presidentes apenas "uma cortina de fumaça" que não atende aos interesses dos índios.

Otávio Ferreira Lima será o quinto presidente da Funai no governo Figueiredo. De acordo com opiniões de alguns jornalistas e funcionários da Funai "ele já entra com o pé esquerdo", isto porque já foi superintendente do órgão na gestão Nobre da Veiga, tendo desagradado muito aos índios.

Apesar de já ter demitido dois dos 13 coronéis considerados "indesejáveis" pelos índios, o novo presidente ainda vai necessitar fazer uma verdadeira "limpeza na casa". Se não quiser administrar a instituição sob as "pressões" dos índios e da opinião pública. Na opinião de alguns jornalistas isso vai ser difícil porque "Otávio não tem poder para pedir a saída de todos os coronéis". (Paulenir Constâncio)



Guarany (à direita): um dos coronéis demitidos sob pressão

Funai. Corredores e salas brancas, correria, entre-e-sai, ar-condicionado, homens engravatados, gente simples, muito índio. Raoni sai, de repente, de uma das salas. Aproveito para abordá-lo. Pergunto se daria para nós conversarmos um pouco. Ele pede que eu espere enquanto fala com um dos funcionários da presidência. Enquanto isso, índios saem e entram nas diversas salas sem darem a mínima para a burocracia do ambiente.

Minutos depois, Raoni aparece acompanhado de sua gente e do coronel Roberto Guarany. Agarra meu braço e manda que eu o siga. Não penso duas vezes. Descomos apressadamente as escadas do terceiro andar, desprezando o elevador, em direção à sala do coronel, no térreo. Chegando lá, eles conversam a respeito da libertação de alguns aviões. Os companheiros de Raoni estão sentados, mas ele prefere ficar em pé, ao lado do coronel.

No fim do encontro, Roberto Guarany retira de uma sacola alguns cortes de tecidos e linhas para cosimento e distribui entre os índios dizendo que Rosa, sua esposa, havia mandado para eles. Isso me fez lembrar a época do descobrimento, quando os colonizadores distribuíam quinquilharias entre os silvícolas para facilitar a aproximação e a futura exploração. Pergunto ao Raoni se nós poderíamos tirar umas fotos dele. Para surpresa minha, ele manda eu pedir permissão ao coronel Guarany, que não se opõe (e nem tinha poder para isso).

Fotos tiradas, pergunto a Raoni se podemos conversar agora. Ele diz que está indo almoçar e me pede para voltar às duas horas da tarde. Porém, nesse horário eu não poderia comparecer. Mesmo assim, não falo nada. Vou até o ônibus que levará os índios até a Casa do Ceará na expectativa de entrevistá-lo durante o percurso. Entretanto, Raoni, sensatamente, põe a mão na minha cabeça e diz: «Pensa bem, com pres-

Raoni: exótico, sim. Selvagem, não!

sa não pensar para responder». Então nós marcamos o encontro para as seis da tarde.

A ENTREVISTA

Chego na Casa do Ceará e me dirijo ao alojamento dos índios à procura do entrevistado. Ele não havia chegado ainda. Nesse interim, fico conversando com alguns índios Xavantes. Um deles, com um bonito casaco de frio, de nylon, estava com um gravador dentro de uma sacola tocando música de discoteca, seu tipo de música preferida. Outro, sentado ao seu lado, pergunta para mim se eu eu conheço o grupo musical sueco ABBA. O tempo passa e nada de Raoni.

São quase sete e meia da noite, quando ele aparece, apressado como sempre. Pergunta se eu esperei muito, enquanto se encaminha à cantina. Vai jantar. Uns vinte minutos depois, Raoni aparece às minhas costas e me chama para um lugar mais calmo, onde poderíamos conversar mais sossegados. Como não entendi o que ele falou, continuei a conversa com os índios Xavantes. De repente, ouço um grito. É ele: «Jornalista para namorar. Vem cá». Lá fui eu. Duas cadeiras já estavam devidamente arrumadas para sentarmos e fazer a entrevista. Seguiram comigo vários índios Txucarramãe, que ficaram à nossa volta.

Abri a entrevista perguntando a opinião de Raoni sobre o trabalho da Funai. «Antigamente ruim, meio

ruim. Hoje bom», respondeu ele explicando que quando brancos invadem a terra dos Txucarramãe, a Funai vai lá e os expulsa. Acrescentou também que Paulo Leal, ex-presidente da Funai, tentou desenvolver um bom trabalho, mas algumas pessoas se intrometeram em seu caminho. Raoni não soube explicar quais seriam essas pessoas. Retruquei dizendo que o coronel Leal havia esclarecido a um jornal que quem mandava na Funai era ele e que não iria fazer nada do que os Xavantes estavam reivindicando. Raoni me interrompeu surpreso: «É mesmo! Conta pra mim. Fala devagar».

Conversa vai, conversa vem, até que chegamos num ponto familiar: Juruna — que é primo de Raoni. Tanto este como o restante dos índios Txucarramãe presentes à entrevista, mostraram-se descontentes com o fato de Juruna estar morando na cidade e ser casado com uma branca (por sinal muito ciumenta). Um deles falou: «Juruna só pede dinheiro, só ajuda mais parente. Índio não pode viver longe de índio». Quanto à importância de existir um índio deputado, todos foram unânimes em afirmar que é muito importante para a comunidade indígena. Raoni falou que gosta muito de Juruna, mas ele não anda fazendo coisas certas (briguinhas familiares).

E a conversa rolou, apesar da grande dificuldade de Raoni em se expressar em português. Várias vezes, o seu sobrinho, que sabe ler e escrever, o ajudou. Sugerir a Raoni que aprendesse português, mas ele disse que já está muito velho, que não dá mais para aprender.

Nossas cadeiras estavam próximas à parede. Em determinado momento, alguns índios tiveram que passar por trás delas. E um deles empurrou a mão em minha cabeça, como que querendo se apoiar. Nesse instante Raoni olhou com uma cara zangada para o índio, talvez pensando que ele estivesse querendo me machucar.

O tempo ia longe, quando Raoni pôs a mão no meu joelho e disse que não queria mais falar. Ao me despedir deles, todos me mandaram ir com Deus. (Luiza Modesto)

A questão indígena

Dois caciques, dois estilos

Poucos gestos, fala mansa: cacique Carlos Karajá (ou Waki Mauri). Muita vivacidade, poucas palavras: Raoni, cacique dos Txucuramãe. Dois índios, duas pessoas de comportamentos diferentes, comprometidas com os problemas de seu povo — a História ao vivo, viva, cobrando uma resposta para suas lutas, exigindo os seus direitos que são desrespeitados desde o descobrimento desse inencho país.

À volta dessas duas personagens da história brasileira, ainda pairam inúmeros preconceitos. Como as idéias de que os índios são preguiçosos, que não têm capacidade para raciocinar bem, que são ingênuos e perigosos. Raoni, durante a conversa que tivemos, disse-me: «Não tenha medo de mim. Mas como ter medo de uma pessoa que fala olhando no olho, pressionando muito a atenção no que se passa a sua volta, pensando bastante no que vai dizer e se mostrando receptivo? Mesmo assim, Raoni adverte que se não forem publicadas com exatidão as suas palavras, ele ficará muito zangado.



Marcia Suyene



Marcia Suyene

Raoni, um rosto sério como suas atitudes. Mas um líder alegre e espontâneo.

mas, Mas a Funai tem-se mostrado relutante em aceitar tal proposta, pois os índios estão sob sua tutela. Sobre esse assunto, tanto Raoni como Carlos Karajá acham que o fato deles serem tutelados como os menores perante a lei, atrapalha. Eles têm o seu poder de

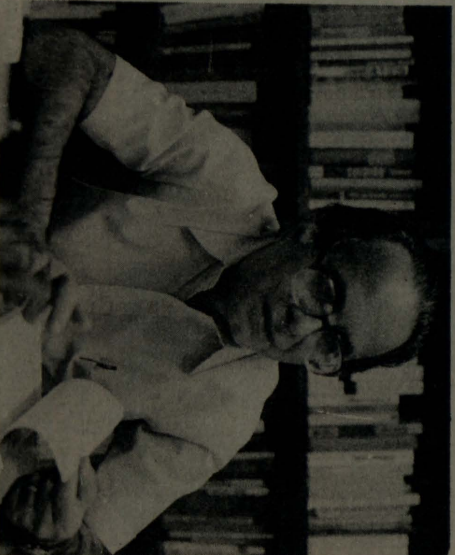
decisão diminuído, ficando, na maioria das vezes, entre o fogo cruzado de interesses da Funai. EXPLORAÇÃO

"Sou de opinião que uma área

O cacique, Carlos Karajá, com um domínio razoável de português (o que não é o caso de Raoni), explica que veio a Brasília para, resolver um problema de terras. Certo fazendeiro de nome Norberto possui uma vasta extensão de terras na área dos Karajá e agora quer passar a escritura para os índios. Os Karajá querem ter es-

Laraia acha Funai necessária

Marcia Suyene



Roque Laraia

que poderiam ser apontadas para destacar uma de ordem estrutural: a localização da FUNAI no mesmo Ministério que tem uma ideologia desenvolvimentista e que frequentemente considera os índios como obstáculo a esse objetivo. Essa localização contraditória explica a fraguza da FUNAI, evidenciada em vários momentos em defender os interesses das populações indígenas. É interessante lembrar que os líderes indígenas americanos em suas críticas ao «Bureau of Indians» — o equivalente à FUNAI — reivindicam a ligação do mesmo departamento como parte do Departamento do Interior, onde as reivindicações indígenas são submersas por uma série de interesses conflitivos. No Brasil, ocorre o mesmo. Em 1967, os índios ficaram livres da tutela do Ministério da Agricultura, mas a situação não mudou muito. Na verdade, mesmo que sejam ligados

diretamente à Presidência da República, isto surtiu efeito quando existir um governo que considere a questão indígena como realmente prioritária. As reservas indígenas têm como finalidade a proteção do território e dos grupos indígenas pertencentes a esse objetivo. Essa localização contraditória explica a fraguza da FUNAI, evidenciada em vários momentos em defender os interesses das populações indígenas. É interessante lembrar que os líderes indígenas americanos em suas críticas ao «Bureau of Indians» — o equivalente à FUNAI — reivindicam a ligação do mesmo departamento como parte do Departamento do Interior, onde as reivindicações indígenas são submersas por uma série de interesses conflitivos. No Brasil, ocorre o mesmo. Em 1967, os índios ficaram livres da tutela do Ministério da Agricultura, mas a situação não mudou muito. Na verdade, mesmo que sejam ligados

anos? diretamente à Presidência da República, isto surtiu efeito quando existir um governo que considere a questão indígena como realmente prioritária. As reservas indígenas têm como finalidade a proteção do território e dos grupos indígenas pertencentes a esse objetivo. Essa localização contraditória explica a fraguza da FUNAI, evidenciada em vários momentos em defender os interesses das populações indígenas. É interessante lembrar que os líderes indígenas americanos em suas críticas ao «Bureau of Indians» — o equivalente à FUNAI — reivindicam a ligação do mesmo departamento como parte do Departamento do Interior, onde as reivindicações indígenas são submersas por uma série de interesses conflitivos. No Brasil, ocorre o mesmo. Em 1967, os índios ficaram livres da tutela do Ministério da Agricultura, mas a situação não mudou muito. Na verdade, mesmo que sejam ligados

ria como essa não pode se dar ao luxo de conservar mais duzia de tribos indígenas atravancando o seu desenvolvimento". Palavras do governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, que traduz muito bem o pensamento que domina as pessoas que tutelam os índios. Os desrespeitos nas áreas indígenas vêm ocorrendo desastrosamente, durante quase 500 anos, causando o genocídio e o extermínio das 150 nações existentes no Brasil. Em 1500, havia cerca de cinco milhões de índios. Hoje restam apenas uns duzentos mil. "Sou irmão da mesma cor, do mesmo mamão, tenho o mesmo sangue. Reunimo é uma força para, a planta que está seca crescer", diz Sempre José Carlos, da tribo dos Xerente.

Raoni e Carlos Karajá querem que os índios aprendam a ler e escrever, que se tornem médicos, professores, aviadores, e motoristas para trabalharem para suas comunidades. Esta é uma das formas, na opinião deles, de se defenderem do homem branco. (Luzia Modesto)

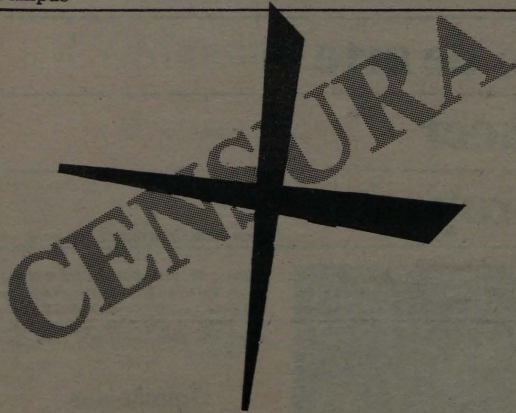
vida com os estudos das populações indígenas tem lutado em defesa do respeito às tradições indígenas, um dos postulados básicos da doutrina de Rondon. Isto não significa contudo que queramos «conservar os índios no relevo de vidros para serem estudados», um velho e repetitivo jargão. Utilizados por pessoas que, além de uma evidente falta de imaginação, desconhecem totalmente os trabalhos desenvolvidos por brasileiros. Queremos que os índios, como todo ser humano, tenham acesso ao patrimônio cultural da humanidade. Isto porém pode ser feito sem abrir mão dos aspectos mais importantes de suas culturas. E, principalmente, devem ser eles a escolher como as mudanças devem ser efetuadas. Em suma, queremos que eles próprios escolham o caminho a seguir.

Campus — O governo pode e deve conviver com os índios, basta para isso que deixe de considerá-los como um obstáculo ao desenvolvimento nacional. As populações indígenas não têm um problema insuperável de terras brasileiras. Essas terras, portanto, são dispensáveis para a agricultura, a pecuária e outras atividades. Além disso, existe uma questão de direito. Além das terras serem de uso exclusivo das populações indígenas, por força de precedentes constitucionais, elas são o que resta do imenso patrimônio indígena que foi sistematicamente espoliado em decorrência do avanço da chamada sociedade civilizada. A FUNAI tem frequentemente contribuído para essa espoliação, tornando-se portanto responsável por verdades das palavras. (Entrevista a Marcelo G. Vieira)

Campus — Como pode o governo conviver com o índio localizado em seu habitat natural e dentro de seu universo cultural, tendo que simultaneamente abrir espaços agrícolas, fato que muitas vezes acaba barba integralmente o espaço vital da comunidade indígena? Laraia — O governo pode e deve conviver com os índios, basta para isso que deixe de considerá-los como um obstáculo ao desenvolvimento nacional. As populações indígenas não têm um problema insuperável de terras brasileiras. Essas terras, portanto, são dispensáveis para a agricultura, a pecuária e outras atividades. Além disso, existe uma questão de direito. Além das terras serem de uso exclusivo das populações indígenas, por força de precedentes constitucionais, elas são o que resta do imenso patrimônio indígena que foi sistematicamente espoliado em decorrência do avanço da chamada sociedade civilizada. A FUNAI tem frequentemente contribuído para essa espoliação, tornando-se portanto responsável por verdades das palavras. (Entrevista a Marcelo G. Vieira)

Campus — Como se explica essa inoperância da FUNAI?

Laraia — Entre as muitas razões



A difícil trajetória dos filmes na censura

Quando assistimos a um filme no cinema e, inesperadamente, a imagem dá um solavanco na tela, duas coisas podem ter acontecido. Ou foi um dos constantes defeitos da fita ou um corte feito nos vários estágios a que se submete um filme, para que possa ser exibido em salas públicas.

O primeiro desses estágios é o recolhimento de uma taxa à Embrafilme, que para os filmes com duração acima de 60 minutos chega a 284 mil cruzeiros. A menor taxa abrange as produções de até cinco minutos e o seu valor é de pouco mais de 10 mil cruzeiros. Inclusive, alguns produtores de cinema entraram com um mandado de segurança contra o pagamento da taxa, arguindo sobre a competência da Embrafilme em recolhê-la. Um juiz concedeu liminar em apoio aos produtores e, agora, o processo tramita nas instâncias superiores da justiça.

O segundo passo é dado no Protocolo do Departamento de Censura. Deve ser feito um requerimento especificando os dados do filme, como sua duração, nome do produtor, artistas participantes, se em preto e branco ou colorido e outros dados técnicos.

"ROTEIRO"

Dentro do Departamento, o chefe do Serviço de Censura irá encaminhar o filme à Seção de Censura de Cinema. O processo, então, é distribuído a uma equipe de três censores, que levam a película à sala de projeções do DPF. Eles assistem ao filme e, emitindo um parecer, devolvem o processo à Seção de Censura de Cinema, cujo chefe fornecerá também seu parecer, encaminhando o processo à Direção da Cen-

sura, que dará a decisão final no âmbito do Departamento, liberando ou vetando o filme. No caso de ser liberado, o filme receberá o certificado do Departamento, determinando sua temática em definições como "cenas de sexo explícito" e congêneres. Vai definida no Certificado também a faixa etária a que o filme poderá atingir. Em caso de veto é enviado um ofício ao interessado comunicando o ato.

Se insatisfeito, o produtor poderá recorrer ao Diretor Geral do DPF, expondo os motivos do seu descontentamento. Mantido o veto caberá recurso ao conselho Superior de Censura.

Tido até pouco tempo como um órgão liberal, o Conselho viu sua composição alterada por força do decreto 85.325 e passou efetivamente a censurar o que antes era liberado sem maiores percalços.

Após a decisão do Conselho, persistindo o veto, restará ao interessado a opção redundante de recorrer ao Ministro da Justiça. Sendo ele o ideólogo do novo Conselho, obviamente manterá o veto.

A alternativa encontrada pelos produtores de cinema foi procurar apoio nas decisões do Tribunal Federal de Recursos, alegando sobre questões de ordem legal, especificamente quanto à inconstitucionalidade do decreto que alterou a composição do Conselho. A esperança de todas as pessoas ligadas ao cinema e às demais lides artísticas é a de que volte e prevalecer a antiga estrutura do Conselho, contendo representantes legítimos dos diversos segmentos da sociedade, a bem da cultura nacional. (Idelson Alan)

Cinema: uma arte na corda bamba

Passar nove anos nas prateleiras à espera de melhores tempos. Este pode ser o destino de alguns filmes submetidos ao crivo do Departamento de Censura da Polícia Federal. Foi o que aconteceu ao País de São Saruê, do cineasta Vladimir Carvalho, somente liberado para exibição pública com a introdução da abertura política no cenário nacional.

O laudo que efetivou a intidação do filme alegava "um atentado contra a dignidade e os interesses nacionais, porque mostrava a dura realidade nordestina", conta Vladimir. Durante toda a trajetória da proibição, não passaram seis meses sem que fossem levados ao Departamento de Censura documentos, manifestos e depoimentos de intelectuais, pedindo pela liberação do filme. Na época, o processo de censura de uma produção cinematográfica, era executado apenas por um censor. "Ele assistia ao filme que, se contivesse temas perigosos para o momento do milagre brasileiro, era sumariamente vetado."

NOVOS TEMPOS

Hoje, se a censura não é tão complacente com determinados temas políticos, como foi o caso de *Pra Frente Brasil*, mantido durante algum tempo na corda bamba, ela o é com os temas sexuais — talvez para criar uma imagem de liberalidade. O processo censório foi modificado. No entanto, valores subjetivos como de ordem moral, política ou o fomentado excesso de violência — como se a violência já não fosse um excesso — continuam a ser resgatados para justificar o veto de qualquer filme ou parte dele. (Idelson Alan)

Abi-Ackel perde mais uma vez

Parece que o Sr. Ibrahim Abi-Ackel não anda nos seus melhores dias. Isso porque o Tribunal Federal de Recursos acaba de liberar sem cortes o filme "Profissão Mulher", de Claudio Cunha, revogando a decisão do Ministro da Justiça.

A história começou quando a diretora da Divisão de Censura, Solange Fernandes, emitiu o certificado de exibição contendo a proibição de algumas cenas, o que deixou o diretor e produtor do filme incomodado. Por isso, "decidido a não deixar as coisas ficarem mal paradas, procurou o Conselho Superior de Censura, que reviu o processo e liberou-o sem cortes."

No entanto, Dona Solange resolveu recorrer a uma força maior para evitar que a película fosse totalmente liberada. E depois de uma amigável conversa, decidiu-se que realmente seriam necessários alguns cortes. Claudio Cunha não aceitou a nova produção estabelecida pelos seus novos parceiros Solange e Ackel, procurando então o TFR, onde finalmente conseguiu a anistia ampla e irrestrita para o "Profissão Mulher". O Cineasta baseou-se na possibilidade de ser inconstitucional o decreto 82.325/83, através do qual foi declarada a impotência do Conselho e permitiu ao Ministro da Justiça o veto.

Porém, a liberação do filme não aconteceu pelo fato do Tribunal considerar o decreto inconstitucional, mas por acreditar ser autêntica a decisão do Conselho e ainda, segundo revela o release do TFR "considerando estranho o decreto" do ponto de vista jurídico por estabelecer direito que inexistia na previsão legal. (Ieda Prestes)

Moral na Televisão, uma polêmica mundial

A censura para televisão ultrapassa os limites estabelecidos para o cinema ou teatro. Ou seja, o crivo censório se processa de maneira a tutelar os pobres lares brasileiros que, incapazes de exercer o Pátrio Poder, por ignorância, decorrente da sua condição econômica e social, precisam ser protegidos contra os abusos cometidos por esse prejudicial meio de comunicação.

No entanto, como diz Ricardo Cravo Albin, representante da Abert (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), "não foi a televisão o estopim da chamada liberação de costumes. Foi uma confluência de vários fatores. Não quero que a cubram com uma hipócrita capa de vestal."

DECÊNCIA BRASILEIRA

"Manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a irradiação de espetáculos, quadros, trechos musicais ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes". Esta é a principal tônica da censura para televisão prevista na Constituição, referente aos serviços de radiodifusão incluindo a TV.

Porém a censura se processa também a nível individual. Durante o Seminário Nacional Sobre Programação de TV e Público Usuário no último ano, estabeleceu-se um debate sobre as influências da televisão e um fato curioso salientou-se: um grupo denominado "público usuário", contendo 12 pessoas, foi radicalmente contra a liberação da censura para televisão. Quanto ao tema Tóxico, o grupo chegou à conclusão de que "os programas só poderão ser liberados se não contribuírem para incentivar a disseminação dos mesmos". Quanto a Sexo, não serão liberados programas obscenos ou que apresentem promiscuidade sexual ou ainda qualquer perversão nessa área. Dentro do tema Violência, o grupo sugeriu que "a censura deve continuar como está, mas deve ser incluída a vigilância da comunidade".

Ou seja: Essas pessoas assumiram o papel dos próprios censores e pelo visto não acreditam também no pátrio poder. "O botão da televisão está ao alcance das crianças, por isso torna-se muito difícil controlá-las, revelou um dos componentes."

CRUZADA MORALIZADORA

Não devemos pensar que a atitude tomada pelos nossos compatriotas, guardiães da moral e dos bons costumes, são únicas. Esse movimento se estende por todo o mundo, evidenciando-se apenas a diferença de valores e também de cultura.

Dentro dos critérios de decência estabelecidos pelos países encontramos os Estados Unidos, onde há cerca de dois anos foi desencadeada uma campanha moralizadora, tendo 5

milhões de adeptos, cujo lema era: "Coligação por uma melhor televisão", e tinha por base a defesa dos valores tradicionais, sendo contrário ao aborto e ainda à emenda constitucional que estabelecia a igualdade dos sexos.

Filmes como «Dallas», onde são apresentadas cenas de perversão sexual, incesto, ou ainda na série «As Panteras», onde três belas mulheres manejam com destreza tanto um revólver como seus encantos, são constantemente vítimas dos zelosos defensores da moral.

A revista Time, publicou em 1981, uma pesquisa realizada pelo Instituto Yankelovich, ficando provado que 60 por cento dos americanos acredita que os meios de comunicação de massa refletem uma escala de valores permissivos e imorais.

A «execrível podridão moral», que abateu os lares americanos, provocou o afastamento do maior anunciante da TV norte-americana, a Procter and Gamble, deixando mais de 50 programas sem a sua publicidade, por achá-los vulgar e imoral.

CRITÉRIOS DIFERENTES

Mas se por um lado a atitude dos americanos nos assusta dado o seu visível reacionarismo, vale dizer que na Índia o beijo é causador de sérias controvérsias.

Interessante também é a população da Grã-Bretanha, que prefere o picante comediante Benny Hill, a ver os filmes onde a nudez é ocasionalmente mostrada. Ao contrário do que se diz, para eles uma palavra vale mais do que mil cenas. Mesmo assim, durante o horário das 20:30 horas, foi exibido recentemente um documentário sobre nudismo, enquanto a palavra divórcio foi proibida durante uma novela das 18 horas.

Os valores se diferenciam desde a puritana União Soviética, até a permissiva e liberal Europa Ocidental.

Saibam também que nem só de cangurus vivem os australianos. O famoso filme *Último Tango em Paris*, foi exibido na televisão sem cortes. Porém houve muita irritação quando há algum tempo atrás uma cantora de Punk Rock demonstrou uma nova técnica de masturbação durante um programa noturno.

Na famosa e liberal Suécia, o que mais incomoda o público são as cenas de bebedeira exibidas nos filmes americanos, veiculados pelas emissoras. E na Argentina, o governo proibiu os programas de violência e obscenidade.

Já no Brasil, a censura pouco a pouco está se liberalizando. Haja vista os filmes como *Queimada*, exibido recentemente na TV, como também os filmes pornográficos, que ocupam horários especiais em determinados canais. Em ambos os casos, foram realizados alguns cortes, por estarem enquadrados na legislação dos meios de comunicação. (Ieda Prestes)

Novo modelo de arte faz renascer uma velha proposta

Texto de Cristina Gutemberg



Rosinha assume sua música sozinha, em rebelião contra sua gravadora da época.

MÚSICA INDEPENDENTE

A chamada produção independente, termo muito em voga nos últimos anos, caracteriza-se por um processo de autoprodução, ou seja, o próprio artista à margem do esquema desenvolvido a nível industrial elabora, dá forma e comercializa o seu trabalho.

Ao contrário do que muita gente pensa, o independente não é um meio novo de produção. No passado estão figuras que por iniciativa e meios próprios, marginalizados pela sociedade, conseguiram produzir e vender seus trabalhos.

No Brasil, viveu no século XIX, o jornalista, poeta e dramaturgo Górgio Santo, que tendo sido proibido de publicar seus artigos em jornais da cidade — tinha idéias revolucionárias para a época: defendia o aborto e propunha a implantação de uma nova ortografia — fundou sua própria tipografia, publicou o jornal *A Justiça* no qual expôs todos os seus processos e escreveu livros que ele mesmo vendeu.

Esse é apenas o mais remoto caso brasileiro de que se tem notícia. De lá para cá, os exemplos foram se multiplicando, ganhando expressão no início da década de 70. E hoje, a produção independente já abrange áreas como a televisão, poesia, música, cinema e teatro tornando-se um meio que em si inspira polêmica.

FUNARTE promove som alternativo

Para uma arte alternativa, espaços alternativos. Pelo menos parece ser esta a mentalidade de quem controla os espaços culturais de Brasília. Assim, das salas de espetáculos comandadas pela Fundação Cultural apenas duas são utilizadas para este tipo de trabalho: O Teatro da Escola Parque e o Galpão.

Em contrapartida a esta política foram criados espaços alternativos, como o Teatro de Bolso, da ABO e o Garagem, do SESC, com sua programação inteiramente voltada para os independentes.

A Funarte, consciente da importância desses trabalhos, abriu suas portas e, de maio a junho, mostrou a Série Independente, que reuniu músicos e intérpretes de Brasília e outros estados.

Na cidade, poucas discotecas se dispõem a vender estas produções alternativas, que, em geral, têm pouca saída.

Aqui, pode-se encontrar alguma coisa do gênero na Discodil e na Arte e Som. Mas é no Jegue Elétrico (Setor de Diversões Sul), uma discoteca especializada em música independente, onde está o maior estoque da cidade.

Como integrante do banco de dados da APID-RJ, ela tornou-se destino certo para praticamente todos os músicos do gênero. Assim, LPs como o de Hermeto Paschoal, Tetê Spindola, Itamar Assumpção, Nelson Ayres, Lucina e os mais antigos de Kleiton e Kledir, Boca Livre, Luis Melodia e Egberto Gismonti, poderão ser encontrados lá.

Músicos montam banco de dados

A música foi a área que ganhou maior repercussão dentro do processo independente. Muitos Compositores, músicos e intérpretes optaram por este tipo de trabalho como



Luli e Lucina: "O que adianta tanta música guardada sem gravar"?

única saída para tornar seus trabalhos conhecidos. Marginalizados, falta a estes artistas espaço para mostrar seus trabalhos.

Dentro dessa linha, Antonio Adolfo e a dupla Luli e Lucina foram os primeiros a comprar o desafio e encarar de frente o preconceito do público, apresentando um trabalho qualitativamente de alto nível. A partir de então, não faltaram adeptos.

Desprotegida, a classe não conta com leis protetoras ou sindicato. Falta organização e unidade. Partindo desse ponto, Antonio Adolfo promoveu em agosto do ano passado o show "Independente de Tudo", no Teatro João Caetano, no Rio, conseguindo angariar fundos suficientes para montar a APID-RJ (Associação dos Produtores Independentes de Discos e Fitas do Rio de Janeiro), que legalizada, funciona como ponto de união e solidariedade da classe.

APOIO AO MÚSICO INDEPENDENTE

Dentro das propostas da APID-RJ estava a montagem de um banco de dados, já concluída, que funciona como meio de troca de informação entre produtores e artistas, fornecendo técnicas e indicações.

Esse ano, a Associação partiu para a produção de programas para rádio e televisão, um passo importante para a divulgação dos discos e obtenção do apoio dos profissionais dessas áreas que já desempenham papel importante na divulgação dos shows. Outro trabalho que está sendo feito é o de editoração de um catálogo de discos dos associados,

para divulgação.

De certa forma, a APID-RJ vem dar caráter oficial a esta produção marginal, inclusive instituindo prêmios como o Troféu Chiquinha Gonzaga (precursora da música independente no Brasil) aos melhores discos independentes do ano. Uma atitude importante no processo de popularização desses trabalhos.

Em contrapartida a esta política foram criados espaços alternativos, como o Teatro de Bolso, da ABO e o Garagem, do SESC, com sua programação inteiramente voltada para os independentes.

A Funarte, consciente da importância desses trabalhos abriu suas portas e, de maio a junho, mostrou a Série Independente, que reuniu músicos e intérpretes de Brasília e outros estados.

ASAÍDA PARA A MÚSICA INSTRUMENTAL

Taxada como anti-comercial, a música instrumental não desperta o interesse das gravadoras, que em momento de crise preferem investir na MPB, garantindo assim o retorno de seus investimentos.

Os espaços para eles também estão cada vez mais restritos e a solução, para a maioria, são os shows em boates e bares.

Hermeto Paschoal e Nelson Ayres são apenas alguns dos gênios da música instrumental brasileira que, recusados pelas gravadoras, partiram para a produção do disco independente, única saída real para essa facção musical. E é o que muito músico anda fazendo: reúnem-se em grupo e gravam seus LPs, geralmente com uma tiragem de cinco mil

cópias, quantia que cobrirá o custo se for toda vendida. Disco prensado, surge um problema grave, o da distribuição, o que para alguns já foi resolvido com contratos com distribuidoras.

Opinião dos "Marginais"

ROSINHA VALENÇA — "Eu já estive ligada à gravadora, mas acho um absurdo as pessoas na hora de renovarem o contrato, pegarem a primeira quantia que oferece. O que é 12% do trabalho que o músico faz? Não é nada. Você se mata de trabalhar e recebe apenas 10%, o que é um absurdo.

ALTAMIRO CARRILHO — "Minha meta, há 40 anos tem sido a de não deixar a música brasileira morrer, e em especial o chorinho, que é um dos ritmos brasileiros mais autênticos. Então resolvi bancar minha própria excursão, uma vez que não encontrei apoio de nenhum órgão oficial. Os shows que realizo são didáticos onde eu conto a história da música popular brasileira através dos anos. Nesses shows, aproveito também para divulgar minha música: afinal, são 40 anos de música e até hoje não encontrei nenhum apoio para divulgá-la."

LULI E LUCINA — "Nós, hoje, depois de 11 anos de carreira juntas, já temos mais de 500 composições, algumas delas sucesso na voz de Ney Matogrosso,

Joyce, Olívia e Frenéticas, mas e a gente? E depois tem outra coisa, a gravação alternativa permite expandir em paz a criatividade do trabalho. Nosso disco é um trabalho mais apurado pelo tempo e pela intimidade. Mas não temos nenhuma queixa contra as gravadoras, apenas não encontramos no esquema. Elas nos pagam direitos autorais pelas nossas músicas que são cantadas por outros artistas e isso nos permite trabalhar o tempo necessário para realizar bem a nossa música e os nossos discos".

MARKU RIBAS — "Essa minha saída do circuito das gravadoras foi uma opção que precisava ser tomada para que eu pudesse ter mais liberdade. As pessoas vêem os trabalhos independentes como um produto inferior que, não tendo em contrato aceitação pelas gravadoras, têm como única forma de concepção o caminho do independente. Eu, honestamente, não vejo nenhum problema em realizar gravações desse gênero. Tem muita gente boa que faz este tipo de trabalho: o Hermeto, Itamar Assumpção, o Nelson Ayres, o Antonio Adolfo e uma série de outras pessoas. O que realmente acontece é que em uma produção independente você tem mais liberdade de criação, porque o trabalho é seu, você pode bolar tudo, da música à arte, que no final o seu disco vai ser o produto de tudo aquilo que você planejou. Na gravadora não, o resultado vai ser a parte do seu trabalho que ela gostou mais uma porção de dados que ela colocou em cima".

RENATO MATOS — "Eu não acredito que exista essa categoria de música. Isso é em rótulo. Para você produzir um disco independente é preciso desembolsar muito dinheiro. E o retorno quase nunca corresponde aquilo que você já pagou. Depois disso ainda é preciso vender os discos nas entradas de teatros, nos bares, nas festas e nos shows. Resultado: você fica dependendo desses fatores. Em outras palavras, sua criação nunca está livre das condições do mercado".

TV Manchete: no ar a vídeo revista

O brasileiro tem agora mais uma alternativa entre os canais de televisão da cidade. Entrou no ar, desde o dia 11 de julho, a TV Manchete. A programação de estreia foi iniciada com a apresentação do espetáculo musical "O Mundo Mágico", dirigido pelo experiente Nelson Pereira dos Santos. Entre outras atrações, participaram do show o bailarino Fernando Bujones, as cantoras Lucinha Lins e Zizi Possi, o conjunto Blitz e outras estrelas e artistas que fazem parte do círculo da MPB.

O programa, iniciado às 19 horas, foi seguido pela exibição do filme de Steven Spielberg, *Contatos Imediatos de Terceiro Grau*, produto da recente safra de ficção científica que tomou conta do circuito internacional de grandes produções. Com esse esquema, a TV Manchete segue a mesma linha de estreia com que inaugurara seu espaço diário no Rio, São Paulo e Belo Horizonte.

TELEJORNALISMO

Aqui em Brasília a TV Manchete não conta ainda com emissora própria. Foi efetivado um contrato com a TV Nacional, pertencente ao Governo Federal. O Canal 3, entretanto, não vai eximir-se de sua programação integral. A programação da TV Manchete entrará no ar diariamente às 17 horas com um programa infantil animado pela manequim Xuxa.

O forte da nova emissora, porém é o telejornalismo. A partir das 19:30 horas, o telespectador poderá "saciar" sua sede de informações com o *Jornal da TV Manchete*, com uma hora e meia de duração. Incoerentemente, a TV Nacional manterá seu telejornal às 19 horas, o que, certamente, irá esvaziá-lo. O esquema do jornal da TV Manchete, que terá sua segunda

edição às 23:30 horas, possibilita entrevistas com maior duração. A TV Manchete parece apostar na mesma linha editorial da revista *Manchete*, ao apresentar em seu telejornal fatos pitorescos da vida de certas personalidades. Fica inaugurada, assim a "TV Magazine".

ENLATADOS

Conseguindo até o momento superar em audiência a TVS, a Bandeirantes e a Record, no Rio e São Paulo, a TV Manchete pretende lutar pelos telespectadores em Brasília com o mesmo esquema dos enlatados. A Manchete entrou firme nesse filão e parece estar disposta a consolidar o esquema de entretenimento em suas emissões. Comprando um caríssimo pacote de filmes, incluindo mesmo o famoso E.T., a emissora, ao menos no momento, não contará com produções nacionais, excetuando-se o Telejornal.

A repetir-se o sucesso da TV Manchete nas outras cidades, vai se confirmando a tese de que, em momentos de crise, as pessoas procuram mais a distração em si. Sem se preocupar em desenvolver um trabalho de caráter inovador, a nova emissora incorre na repetição da velha fórmula informação-diversão.

Com um capital aplicado de cerca de 50 milhões de dólares, a TV Manchete certamente, teria possibilidades de desenvolver uma programação própria, a nível nacional. A impossibilidade do *Jornal da Manchete*, onde os repórteres quase não aparecem no vídeo, transmitem a impressão de que estamos diante de mais um canal disposto a enquadrar-se de forma parcial, em detrimento da informação e da busca de novas formas de comunicação. (Idelson Alan)

Vôo de todos os beijos chegou para libertar

O "Vôo de todos os beijos" é o título do último livro de Anand Rao, o décimo sexto. Este poeta independente, conhecido nos meios culturais de Brasília, explica que o livro versa sobre sua verdade atual "que é muito de explosão, panela de pressão, um rebulição total".

Apesar desse rebulição, o livro é considerado bem mais amadurecido que os outros produzidos pelo Anand, bem menos rebelde quanto a um estilo mais tradicional. A linguagem do

"vôo" tem muito de influências "caetanáveis", o que se pode perceber pelo título do livro. Segundo Anand, o "vôo de todos os beijos" significa o despertar da universidade para a vida e para o amor. O vôo seria um "sair das frestas dos depar-

tamentos", porque nessa universidade você está preso, "todos aqui são como ostras, por fora uma dura carcaça, mas por dentro uma linda pérola".

Quanto a seu trabalho como poeta independente, Anand declara preferir esse "não compromisso" com ninguém, inclusive para, se for necessário, utilizar dos serviços de uma editora, e se render a um mercado, que impinge regras e destrói, de certa maneira, a criatividade. Atualmente, ele é que está produzindo seus livros, mas se sente com inteira liberdade para fazer o que quiser. Claro que isso significa que os livros têm que ser vendidos de bar em bar, mas no fim tudo vale a pena. "E como gerar um filho", conta Anand. (Maria Luiza)



Jorge Antunes: uma proposta nova que busca reviver a ópera no Brasil

Q. S. vem aí

Este ano, todos os grandes jornais comemoraram o centenário do compositor alemão Richard Franz Wagner, mas apenas um, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, comemorou os 100 anos da morte de Joaquim José de Campos Leão, o Qorpo Santo, considerado hoje, como sendo o maior dramaturgo da língua neolatina, precursor do Teatro do Absurdo e um dos primeiros artistas independentes de que se tem notícia.

Qorpo Santo não viveu sua época, não aceitou os modelos que geriam sua sociedade. Rebelou-se contra os padrões, alienando-se do mundo que o declarou louco. Inicialmente professor e vereador, foi no jornalismo que se encontrou. Extremamente revolucionário em seus artigos, ele pregava uma nova ortografia e defendia o divórcio.

Um cronista da época, escrevendo sobre aspectos da vida gaúcha analisou Qorpo Santo: "Nos últimos anos, já não mais regulava com acerto, deu-lhe a mania para fazer poesia de 'pé quebrado' e sem nexos. Quando a luz da razão apagou-se em seu cérebro tornou-se tristonho e taciturno. Passava horas e horas completamente estranho a tudo que o cercava. Como um Dom Quixote, um Dom Quixote sem Dulcinéia".

SOLIDÃO

Essa alusão a solidão baseou-se na atitude de Qorpo Santo, em viver sozinho depois de ter

A loucura não passa de uma máscara que esconde alguma coisa, esconde um saber total e demasiadamente certo, ela torna plano o caminho das idéias novas, rompendo os costumes e as superstições e constitui uma verdadeira subversão dos valores, onde existe loucura, há um grão de gênio e sabedoria.

Friedrich W. Nietzsche

expulsado a mulher e as três filhas de casa, embora continuassem a se amar platonicamente.

Diante dessas atitudes in-comuns, foi intimado a fazer um exame de sanidade mental, quando ficou declarada sua incapacidade para o trabalho.

Perseguido, expulso da escola, da qual foi um dos criadores, e sem o mandato, fundou seu próprio jornal, *A Justiça*, onde pôde estabelecer seu próprio método ortográfico e defender o divórcio.

Sua figura era um acinte para a época, seus cabelos compridos, lembravam os antigos artistas renascentistas ou os hippies da década de 60.

Montou sua própria tipografia, "Qorpo Santo", onde publicava seus livros. Ciente de sua insanidade, ele editou uma coletânea de peças escritas em apenas seis meses, a que chamou de *Enciclopédia ou Seis Meses de Uma Enfermidade*, o que vai contra a teoria psicanalítica de que um louco nunca tem consciência de sua loucura.

Na verdade essa "loucura" declarada foi uma consequência

da inadaptação de Qorpo Santo aos valores vigentes. Quem no século passado poderia aceitar essa poesia?

"Por ser sábado eu fui à missa.
E na preguica comi cágado
Que a fome atica
Nos dá avareza, comi linguica

Com Tereza
Quando te vejo se não te beijo

Me falha o ensejo de
Entar no brejo
Ai meu amor, ai meu dereço
Ai minha cor, ai meu feitiço"

Qorpo Santo morreu aos 33 anos, sem que ninguém soubesse da causa real de sua morte. Há quem diga que foi loucura, outros uma tuberculose que há anos o acompanhava.

OPERA

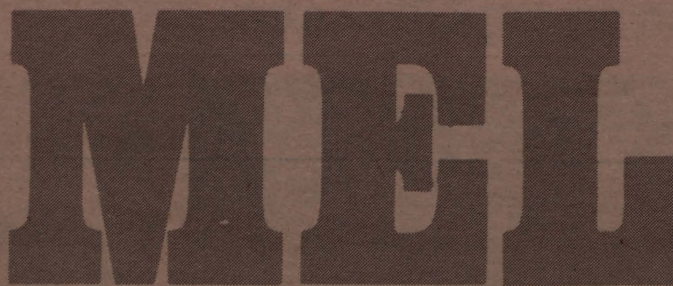
Foi baseado neste final em aberto, que o professor e músico Jorge Antunes apresentou três finais para a ópera que está terminando de escrever sobre a vida e obra de Q.S., na qual vem trabalhando praticamente sozinho, desde a fase de pesquisa.

Como o próprio autor define, "Qorpo Santo" é uma neo-ópera, um trabalho escrito para dar continuidade à ópera, visto que há duas décadas não se produz nada no gênero, no Brasil. O último a escrever foi Francisco Mignoni, hoje com 81 anos.

O trabalho de Jorge Antunes, vai ser apresentado no encerramento da temporada lírica do Teatro Nacional, em dezembro. (Ieda Prestes e Cristina Gutemberg)

Alunos de agronomia implantam curso

As qualidades terapêuticas e nutritivas do mel tornam o produto cada vez mais reconhecido.



Um Projeto de Apicultura vem sendo desenvolvido pelos alunos do Departamento de Agronomia e Florestal, por iniciativa do seu Centro Acadêmico, desde o primeiro semestre de 1982. O curso é ministrado aos sábados pelo professor Renato Campos, um apicultor autodidata, especialmente convidado para orientar os trabalhos na Fazenda Água Limpa, da UnB. Cerca de oitenta alunos já foram formados.

O mel vem despertando um crescente interesse em toda a sociedade por suas reconhecidas qualidades terapêuticas. Entretanto, não é fácil adquirir um produto idôneo, uma vez que é grande o número de falsificações encontradas no mercado, o que também preocupa os alunos daquele curso.

CURSO

A partir de um grupo de estudantes do Centro Acadêmico da Agronomia e Florestal, foi estruturado o curso, que inicialmente contou apenas com o apoio do Projeto Rondon. O êxito do Projeto Apícola levou à criação de duas novas turmas no segundo semestre de 1982: uma delas, organizada pela recém-criada Associação Apícola do Distrito Federal, que passou a apoiar o Projeto, foi constituída basicamente por funcionários públicos, chacareiros de fins de semana e naturalistas. O pequeno produtor rural, o principal visado, não foi, entretanto, beneficiado pela iniciativa, por ser a apicultura ainda uma prática de elite. A outra turma, formada pelo Departamento, deu prioridade aos alunos do último semestre e a outros estudantes da área. A partir daí, três importantes projetos começaram a ser desenvolvidos: incremento do apiário, flora apícola e patologia apícola.

O interesse e a mobilização dos estudantes levaram a chefia do Departamento a apoiar a idéia no primeiro semestre de 1983. Foi adquirido material para a fazenda, contratado um monitor, pago pelo Departamento, e cedida uma sala, na água Limpa, para as aulas teóricas. Atualmente, o Departamento está reivindicando junto à administração Central da Universidade, que em momento algum apoiou a iniciativa, a contratação do professor Renato Campos como técnico permanente, para cuidar do apiário.

Mesmo com o curso funcionando há mais de um ano, ainda não foi colhida uma quantidade significativa de mel. Isso se deve ao fato da produção só ser implementada durante os períodos em que as aulas são ministradas. A primeira grande colheita deverá ser feita em setembro próximo.

No momento, estão em andamento negociações que visam a transformar o projeto em curso de extensão da Universidade e, mais tarde, em disciplina curricular das duas engenharias.

Um produto muito falsificado

A qualidade do mel disponível no mercado é muito discutida pelo consumidor brasileiro. A verdade é que praticamente ninguém sabe como diferenciar o mel puro do falsificado. Muitas são as fórmulas mencionadas — virar o vidro, guardar o produto na geladeira para ver se ele cristaliza, cheirar, provar, só comprar mel cristalizado —, mas nenhuma delas chega a ser eficiente. O que fazer, então? A única saída é confiar no fornecedor, evitando comprar o produto de desconhecidos.

O mel de abelhas é um dos artigos mais sujeitos a falsificação. O vendedor pode facilmente enganar o consumidor, adicionando calda de açúcar, essência de flores e aromas, corantes, aromatizantes, amido, gelatina ou qualquer outro conservante, pois não é exigido nada que comprove a qualidade do produto. A rotulagem feita pelo SIF (Serviço de Inspeção Federal), que deveria garantir a idoneidade do mel comer-

cializado, indica apenas a origem, os elementos da composição e o cadastramento junto ao órgão de fiscalização.

As lojas, especializadas ou não, comercializam mel de diversas procedências, sendo que Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná são os maiores fornecedores. Brasília ainda está iniciando a sua produção e não chega a ter uma fatia significativa do mercado. Mesmo assim, a procura é enorme, visto que, por ser manufaturado, o mel do Distrito Federal mantém as suas propriedades inalteradas, além de entrar clandestinamente no mercado, sem pagar impostos, o que o torna mais barato.

PREÇOS

A variação dos preços é muito grande, dependendo da quantidade, procedência e qualidade do produto. O mel vendido nas ruas, mesmo sendo mais barato, não chega a con-

correr com o das lojas, uma vez que os freguês dessas lojas não confiam na qualidade desse mel, que é tradicionalmente tido como impuro. Frequentemente o comprador procura informações mais detalhadas sobre o que está adquirindo, devido aos elevados preços e a constante possibilidade de falsificação.

ONDE ENCONTRAR

O comércio de produtos naturais vem se expandindo. Prova disso é o grande número de lojas que comercializam estes artigos. Aqui em Brasília, não só o mel, mas outros produtos podem ser encontrados em supermercados e nas seguintes lojas: Restaurante Mãe Natureza (W-2 Sul, 505), Jardim das Delícias (CLS 110), Cheiro Verde (SDS Ed. Eldorado - sobreloja), Portal (CLS 112 e CNB), Coisas da Terra (W-3 Norte 703), Coisas Naturais (CLN 202), O Natural (CLN 203).

Brasília tem associação de apicultores

Com pouco menos de um ano de fundação, a Associação Apícola do Distrito Federal conta hoje com 110 associados, divididos em cinco categorias: apicultores, comerciantes de produtos apícolas, pesquisadores e estudiosos, estudantes e curiosos.

As atividades da Associação são muito diversificadas e incluindo a publicação bimensal de um jornal, o Informativo Apícola, reuniões quinzenais, onde os associados trocam experiências e debatem problemas comuns, visitas técnicas e de orientação a apicultores, além da realização de cursos regulares. Mas há também uma série de projetos em estudo, que visam a um maior entrosamento dos associados, como a montagem de um apiário-modelo, numa área cedida pelo IBDF, onde poderá ser ampliado o campo de atuação da Associação, com a realização de cursos mais completos, treinamentos, pesquisa da flora e patologia apícola e a criação de rainhas.

A AADF funciona no prédio do Sindicato Rural (909 Sul), nas noites de segundas e quartas-feiras. Com uma taxa de inscrição de Cr\$ 500 e uma mensalidade de Cr\$ 300, qualquer pessoa poderá participar das atividades da entidade.

Brasil já é destaque no mercado

O Brasil é o segundo maior produtor de mel da América Latina e ocupa o sétimo lugar no mundo. A nossa produção pode alcançar, dentro de quatro ou cinco anos, cerca de 380 mil toneladas, o que representa uma receita de Cr\$ 380 bilhões. A Apicultura é uma das mais rentáveis atividades agrícolas. O retorno do investimento ocorre em um ano e não causa danos ao ecossistema.

Nos países desenvolvidos como Alemanha, Japão, França e Inglaterra, o consumo per capita de mel é de 700 a 1500 g por ano. Já nos países em via de desenvolvimento não supera 70 g, o que constitui uma grave perda, por ser o mel um produto de elevado valor alimentício e possuir propriedades terapêuticas.

A diversidade de aplicações medicinais do mel é tão vasta que é quase impossível enumerá-las; simples resfriados, problemas no aparelho respiratório, coração, fígado, sistema nervoso, inflamação nos olhos, rins, bexiga, cicatrização de cirurgias, diabetes, câimbras, problemas de pele e inúmeros outros problemas podem ser tratados com o uso do mel.

O seu alto valor nutritivo pode ser comprovado através das seguintes equivalências com alguns alimentos básicos de nossa dieta: 1 kg. de mel corresponderia a: 2,6 kg. de peixe fresco, 1,2 kg. de pão, 5,6 kg. de leite, 1,6 kg. de carne de boi, 50 ovos, 25 bananas ou 40 laranjas.

O curioso é que, apesar de doce, o mel não engorda, pois contém apenas 1,9% de sacarose (açúcar de cana).

RECEITAS

PANQUECAS COM MEL

1 copo de leite
1 copo de farinha de trigo
1 ovo
1 pitada de sal
Bata os ingredientes. Frite às colheradas, de ambos os lados, em frigideira untada e quente. Depois de prontas, sirva com mel.

BALA DE MEL

3 copos de açúcar
3 copos de leite
3 colheres de sopa de mel
1 colher de sopa de manteiga
1 colher de café de bicarbonato
Leve ao fogo, mexendo sempre, até chegar ao ponto de bala. Despeje no mármore ou assadeira untada. Faça cordão e corte. Enrolar no papel-manteiga.

Os degraus para o início da carreira científica

A palavra "cientista" já é um mito, uma coisa assim que escapa ao sentido objetivo da maior parte das pessoas. É o caminho para se tornar o que possa se chamar de cientista, também é uma verdadeira lenda para os mortais leigos e distantes dos meios acadêmicos. O Campus procurou conhecer um pouco o caminho desses cientistas.

Sabendo que a Universidade de Brasília é uma destas instituições com muitos destes profissionais e é o lugar onde eles se formam, procuramos conhecer o que um estudante de graduação precisa fazer para se tornar "um cientista" e ao mesmo tempo saber o que eles mesmos acham dessa caminhada.

Esta reportagem encerra a fase extremamente experimental do Campus em relação à Editora de Ciência que procurou durante este semestre levantar alguns aspectos da

ciência e do trabalho dos cientistas na Universidade de Brasília, tentando colocar em discussão uma nova realidade do exercício jornalístico, o Jornalismo Científico. Uma necessidade que se impõe cada vez mais aos jornalistas e aos periódicos no momento em que a tecnologia e a comunicação partem para uma popularização cada vez maior da ciência, não só a exata mas também a humana, com a vulgarização de alguns princípios da sociologia, por exemplo.

Esses passos iniciais não foram seguros, as edições de ciências durante esse semestre foram um reconhecimento do campo que existe à disposição dos estudantes para uma realização mais segura, para poder oferecer ao público uma informação útil e ao cientista uma notícia fidedigna que possa levá-lo à reflexão de seu trabalho. (James Allen — Editor de Ciência)



Fazer Ciência não é um caminho fácil e exige do pesquisador observação e desprendimento constantes

do Depto. de Comunicação. Mesmo assim é necessária uma tradição de pesquisa que a universidade não desenvolveu no Brasil. Na Europa e nos EUA, um grupo organiza um trabalho e o desenvolve enquanto for possível, mas sempre surgem continuadores para o seu trabalho. Aqui não é assim: dificilmente alguém retoma um trabalho iniciado por outras pessoas. A pesquisa é quase sempre solitária e individual, e os cursos de pós-graduação, que deveriam ser prioritariamente de pesquisa, assumiram um caráter extremamente didático.

Uma das consequências da desvinculação entre o ensino e a pesquisa que se observa, é a existência dos órgãos financiadores e o incentivo dado à pesquisa fora da universidade. Esses órgãos são repassadores de recursos, e não se envolvem diretamente na criação de Centros de Altos Estudos necessários à formação de uma tradição científica.

Uma forma de iniciar um trabalho que pudesse ter como consequência a formação do perfil científico seria formar um trampolim interdisciplinar e começar a pensar em criar em torno de alguns projetos de interesse comum na área para os quais pudessem convergir os interesses dos cursos de pós-graduação e deslocar a reflexão teórica.

Atualmente nem mesmo a proposta da universidade no sentido de formar profissionais para o mercado de trabalho está sendo satisfatória: isto é devido à discrepância entre os recursos materiais reservados para o ensino e a sofisticação e velocidade da mudança das novas tecnologias utilizadas pela sociedade. E a maioria das nossas aulas são na base de "cuspe, giz, livro (deficiente) e cabeça". (Sheila Perru)

segundo o cientista. E acrescenta: "Embora a universidade dê condições de trabalho por um lado, pelo outro ela ainda não estimula como devia a produtividade do professor e pesquisador, o mesmo acontecendo num contexto mais amplo. Mas superar esses obstáculos é gratificante. Depois é lutar pela publicação do trabalho e ficar na expectativa da sua aceitação. Havendo correspondência, a sensação é também muito agradável. Ruim mesmo é deixar a família um pouco esquecida no meio disto tudo", disse Bakusis.

ESPECIALIZAÇÃO

O Professor e pesquisador Peter Bakusis, do departamento de Química é norte-americano e conseguiu a sua graduação na Universidade de Harvard em 1959. O curso de pós-graduação foi realizado entre 1963 e 1969 na Universidade de Indiana, alcançando o pós doutoramento. Em 1970, Bakusis, saiu do país vindo para o Brasil. Entre Campinas e Brasília escolheu a última, por ser a sede do governo e, no mesmo ano, foi contratado pela UnB. Seis meses depois casou-se com uma brasileira e após sete anos de atividades ininterruptas na Universidade de Brasília conseguiu uma licença, deslocando-se para o Texas para um trabalho de aprimoramento e atualização, lá permanecendo até 1978, quando voltou ao Brasil.

Desde o seu ingresso na UnB até hoje Peter Bakusis desenvolveu vários trabalhos adotando duas linhas prioritárias: "A síntese total de produtos naturais com atividades biológicas e novas maneiras de se preparar a ligação carbono-carbono". A segunda linha apresenta uma relação com a primeira tentando resolver problemas surgidos na fase inicial. Atualmente desenvolve uma pesquisa usando grupos funcionais sulfeto e nítro para a preparação da ligação carbono-carbono. (Luiz Roberto Nader)

Falta tradição de pesquisa

"Uma geração de pesquisadores não se forma com menos de dez anos" — afirmou a professora Angélica Madeira,



Peter Bakusis

OS CIENTISTAS

Dedicação e perseverança

Quando Peter Bakusis entrou na universidade, não sabia direito o que queria e o que fazer. Meio desinteressado, como quase todo jovem de sua idade, acabou optando pela Ciência e pela Química. Mas não se arrepende, apesar dos sacrifícios. E dá um conselho: "Se o jovem não estiver preparado para o esforço e dedicação contínuos, é melhor nem começar a caminhada. A Ciência está sempre em progresso e por isso, perseverança é mais importante até do que capacidade intelectual".

Ao chegar em nosso país, há 13 anos, Bakusis estranhou a mentalidade brasileira, sobretudo na sua área, de que a titulação (mestre, doutor) é o começo e o fim de tudo na carreira científica, com o que não concorda. Porém o mais difícil foi a transição entre o deixar de ser um estudante e passar a ser um mestre e também pesquisador, diz ele. "Uma coisa é ser mão-de-obra usada e outra é ter a responsabilidade de criar".

Também a dificuldade de procurar financiamento e a realização posterior da pesquisa dentro de limitações estruturais existentes são pontos que merecem uma citação,

OS ESTUDANTES

A pirâmide do conhecimento

"O conhecimento e a ciência são um mito" afirma Ruben Alvarado, aluno do mestrado no Departamento de Comunicação. Depois de obter graduação em Biblioteconomia e em Antropologia, e mestrado em Ciência da Informação ele se mostra um pouco cético em relação a seus objetivos iniciais de se tornar um cientista social. Para Ruben, o conhecimento está condicionado às relações de produção a nível internacional, onde os países ricos nos passam um conhecimento inadequado à realidade brasileira através dos cursos de pós-graduação realizados fora.

Ruben projeta uma nova pirâmide, a pirâmide do conhecimento, cujas bases são formadas pelos que realizam trabalho não intelectual, desde os semi-analfabetos até os graduados em universidade e que exercem profissões. O topo é composto dos que fazem ciência, e estão estratificados em função do número de trabalhos publicados e dos cursos que tenham realizado. Curso no exterior então, valoriza mais o indivíduo.

Isto é sacralização do título e do diploma: possuir só o mestrado deixa o indivíduo no limbo, sem voz e sem voto, e ele só se liberta quando ingressa na comunidade científica, quando tem sua tese aprovada e obtém o doutoramento. Os salários, naturalmente, acompanham o grau de valorização alcançado pelo indivíduo. Isto pode ser resumido na lei da mais valia, da valorização da mão-de-obra intelectual. O supra-sumo deste esquema está concentrado numa instituição chamada universidade.

A popularização dessa instituição levou à criação dos patamares superiores, para a manutenção do status da elite. Este processo ainda não se bloqueou, pois o grande número de pessoas que fazem doutorado já está levando ao surgimento de outros superiores. (Sheila Perru)

Uma aventura e um desafio

Para a estudante de pós-graduação em Antropologia, Priscila Faulhaber Barbosa, "a Ciência é uma aventura e um desafio". "É um caminho que não recomenda a ninguém com bandeja de Cr\$ 490,00 por refeição (o preço é mais caro para o aluno da Pós)". "Em vez de sonhar com Antropologia você sonha com um prato mais fino e mais barato", diz ela. E continua: "Se alguém quer ter um nível bom de vida, pode percorrer caminhos mais fáceis. Quem faz Ciência está menos comprometido com conforto material. Isso não quer dizer que a prática da pesquisa não seja uma coisa agradável e lúdica. É. Mas eu não desprezo o outro lado também".

Priscila fez o curso de graduação em Antropologia na PUC-Rio entre 74 e 78. Encontra-se atualmente cursando a pós-graduação em Antropologia na UnB e acha que vai exercitar o trabalho de pesquisa no mestrado com uma orientação competente. A próxima etapa será o doutorado ou o mestrado na área de Antropologia Social. Se escolher o doutorado vai ter que se dedicar por 5 anos a mais no mínimo.

Finalizando, Priscila ressalta um aspecto importante: "a universidade agora como empresa e voltada para o mercado de trabalho impõe restrições à autonomia da produção científica na graduação e libera o curso de pós-graduação para a pesquisa acadêmica. Em contrapartida limita e diminui o apoio financeiro ao mestrado que fica prensado entre a graduação e o doutorado. E o pesquisador esbarra em todas essas dificuldades e contradições. Mas isso não o impede de fazer Ciência, em especial nas universidades. Só que ele não deve esquecer de outro detalhe: para se pensar em Ciência no Brasil deve-se sempre colocar a questão de acordo com a estrutura vigente e suas diversas limitações". (Luiz Roberto Nader)

HERMETO

Bruxo e Santo

Hermeto Paschoal e seus músicos irresistíveis conseguiram uma façanha: Elevar a música popular, no Departamento de Música da UnB, a uma posição nunca antes alcançada. Jovino, Santos, Carlos Malta, Itiberê Zwarg, Mário Bahia, Pernambuco e Hermeto, fizeram vibrar um auditório lotado, que parecia esperar há muito tempo aquele acontecimento.

Naquela sexta-feira, 1º de julho, o quarteto de cordas do departamento executou (em primeira audição, inclusive para o próprio compositor) uma peça escrita por Hermeto. Além desse acontecimento inusitado a professora e flautista Odette Ernest Dias, articuladora do encontro, foi homenageada com uma composição, executada por ela em momento de grande emoção.

Essa a grande realização de Hermeto. Suas apresentações não são apenas shows, mas verdadeiros encontros entre ele e o público. Extremamente simples, ele busca, em cada pessoa, o carinho, uma emoção maior e o contato humano. A música surge, então, repleta de sentido e sentimento. Ele não quer, somente, executar bem — Hermeto e grupo são músicos de primeiríssima qualidade — mas, como disse, "tocar para todo mundo".

Sua permanência em Brasília foi repleta de musicalidade, harmonia e en-

contros. A cidade o inspirou em uma outra composição e os formandos em Música deste semestre o convidaram para padrinho. Ele aceitou com muita honra e euforia. Houve, também, o grande sucesso das "bandinhas". Após as apresentações, o sexteto saía do teatro para a rua (na UnB ele foi até o Bandejão), acompanhado pelo público, que delirava ao som do balanço da tuba, flautas, sax e percussão.

Seu ~~com~~ e sua personalidade são assim: Surpreendentes e sem qualquer possibilidade de rótulos. Hermeto é a surpresa. O encanto. A magia. Um bruxo e um santo. Figura cheia de carinho. Músico denso. Quando voltava para o hotel, depois de uma entrevista para a televisão, entrou pela portaria adentro tocando e, a convite dos organizadores de um congresso, que se realizava no mesmo hotel, subiu treze andares tocando com seu grupo.

Pura energia, faz música com tudo e para todo mundo. E assim que gosta. Nem sempre de improviso, no entanto. O grupo toca todos os dias, de duas da tarde até oito da noite. Assim ele acontece como músico. Muita batalha, muita humildade, bastante para fazer com que o talento de um incrível tocador de tudo leve ao delírio e ao amor todos os que o ouvem.



Texto de
Nelson Luiz
Fotos de
Luiza Venturelli